

1. HaD. Presentación en Portugal +++

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA “HISTÓRIA A DEBATE” NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (13-1-2006)

Intervenientes:

§ Professor Doutor Carlos Barros fundador e coordenador do projecto “Historia a Debate” e Professor Catedrático de História Medieval da Universidade de Santiago de Compostela.

§ Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem - Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

§ Professor Doutor Luís Miguel Duarte Professor Associado/Agregado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

§ Professora Doutora Isabel Morgado

O Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem deu início à sessão apresentando o Professor Carlos Barros.

§ Em seguida fez referência detalhada aos três colóquios de “Historia a Debate” já realizados, 1993, 1999 e 2004, anunciando a publicação das actas do último para breve, à semelhança do ocorrido com os anteriores. Salientou o carácter profundamente englobante das temáticas do colóquio e, referindo alguns dos artigos publicados nas actas do II Colóquio, 1999, evidenciou esta multiplicidade de contributos. § Procedeu à apresentação do “Manifesto de Historia a Debate”, distribuído por todos os participantes, e salientou a presença de muitos historiadores da América Latina na lista dos seus subscritores da qual fazem parte, também, alguns docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

§ Foi salientada a importância do site da Historia a Debate e do seu fórum internacional reflectida, de forma evidente, na enorme quantidade de informação que dos vários cantos do mundo chega às caixas de correio dos subscritores deste projecto.

§ Acerca da dificuldade de projecção dos historiadores portugueses na sociedade e nos meios de comunicação, o Professor Doutor Armando L. de Carvalho Homem criticou a ausência de interesse do poder político pela acção e obra destes investigadores reprovando algumas intervenções menos cuidadas, exemplificando com a designação da comemoração dos “500 anos” dos descobrimentos portugueses indevidamente assim referida.

§ Considerou particularmente negativa a divulgação televisiva de uma História desactualizada e, em alguns casos meros exemplos de criatividade delirante dos “comunicadores” da História. Referiu alguns exemplos.

§ Foi historiada, pelo mesmo professor, a evolução dos doutorados em História nos últimos anos na FLUP evidenciando, assim, a vitalidade deste departamento.

§ Salientou como menos apropriada a existência conjunta dos saberes que se juntam na unidade orgânica “FLUP”.

§ Reflectindo sobre a História nas universidades portuguesas considerou que os contactos com outras instituições estrangeiras são, por vezes, mais relevantes que a ligação entre historiadores dos diversos cursos de História existentes no nosso país.

§ Concluiu com a análise da diminuição do número de candidaturas de estudantes à licenciatura em História criticando o actual discurso de alguns reitores que, repetindo as intenções manifestadas por vários políticos dos anos 90, tendem a tentar fechar cursos menos frequentados. Exemplificando procurou provar que, em alguns casos, a solução é absurda.

A Professora Doutora Isabel Morgado iniciou a sua intervenção agradecendo o convite do Professor Doutor Carvalho Homem para esta mesa redonda. Em seguida elogiou o Professor Doutor Carlos Barros e a sua acção na “Historia a Debate”.

§ Apresentou o “Manifiesto de Historia a Debate” e relevou a necessidade do historiador reivindicar o papel ético da História na sociedade.

§ Exemplificando com o seu percurso de estudante de licenciatura, mestrado e doutoramento elogiou o acompanhamento científico que encontrou na FLUP relevando a semelhança desta instituição, nomeadamente ao nível do papel desempenhado pelos docentes, realização de debates, etc., com o “Instituto Universitário Europeu de Florença” que também frequentou e onde vários docentes das universidades portuguesas fizeram os seus doutoramentos.

O Professor Doutor Luís Miguel Duarte referiu os diversos interesses científicos da “Historia a Debate” salientando a relevância desta iniciativa e afirmou que “esta mesa redonda está com 12 anos de atraso”.

§ Colocou algumas questões sobre as quais se foi pronunciando:- podemos fazer História sem debater Historiografia?

- como combater a especialização que leva a uma atomização que considera negativa?

- como equilibrar a investigação com a agenda do nosso tempo: conflitos entre civilização ocidental e civilização muçulmana; desafios em torno da questão de géneros, etc.?

- como reagir à tendência de fazer da História o tribunal do passado?

- Como podemos fazer uma História de valores?

§ Reflectindo sobre a constante necessidade de justificar o nosso trabalho de historiadores, o que considerou ser desgastante, afirmou que “A História é uma maneira de ver o mundo que qualifica” e sublinhou o facto de toda a gente falar dela sem a parcimónia aconselhada pela ignorância, perversidade que menospreza os verdadeiros profissionais.

§ Contestou a hipótese de rever o “Manifiesto de Historia a Debate” que está datado e como tal deve permanecer como reflexo do tempo que lhe deu origem.

§ Afirmou que faltam grandes livros de História e que alguns dos mais estimulantes são antigos. Interrogando-se sobre a eventual falta de grandes historiadores defendeu a necessidade de debates estimulantes.

O Professor Doutor Carlos Barros afirmou que esta era a 69ª apresentação da História a Debate o que reflecte o interesse que desperta. Manifestou tristeza pela impossibilidade técnica de gravação deste encontro, o que também aconteceu na apresentação realizada na Universidade de Coimbra, e ressaltou a importância do acompanhamento destes actos por aqueles que frequentam o site. Lembrando que em Fevereiro ou Março a “Historia a Debate” vai ser apresentada na Universidade de Lisboa, fez votos para que se continue a falar do projecto na FLUP.

§ Analisando as pessoas cujo endereço termina em pt que recebem informação da “Historia a Debate” e escrevem mensagens verificou o seu enorme crescimento, nomeadamente no último ano.

§ Sublinhou que a “Historia a Debate” é um processo inacabado e com muitas surpresas e, como se pretende estar “arriba del cavallo”, é necessário acompanhar os acontecimentos do mundo, que são muito apelativos para os historiadores, sendo importante fazê-lo para que os vindouros tenham uma vida melhor.

§ Historiando o que foi sendo feito no âmbito da “Historia a Debate”, afirmou que a Historiografia que nos formou estava a ser repensada aquando da realização do I Congresso que teve por objectivo fazer um Balanço da situação. Neste encontro se comprovou o esgotamento de algumas escolas: Annales, Nouvelle Histoire, etc.. “A História que vem” foi o artigo que publicou sobre este tema, em que afirma a necessidade de procurar alternativas. Curiosamente comprovou, recentemente, a existência de muitos livros dos historiadores clássicos nas livrarias portuguesas e espanholas.

§ A situação da historiografia hoje e a sua conexão com o mundo que nos rodeia foi a problemática que em 1999/2001 fez lançar um inquérito: “O Estado Actual da História “. Nas cerca de 600 participações ficaram patentes o grande dinamismo e juventude dos intervenientes.

§ No II Congresso constatou-se que muitos dos participantes eram de países latinos e copiavam os historiadores ingleses e franceses. O Professor Carlos Barros afirmou que é preciso analisar a historiografia internacional e pensar pela própria cabeça. Neste II Congresso constatou-se a existência de um eixo novo ligando os historiadores do

continente europeu e os da América Latina com capacidade de intervirem no mundo.

§ III Encontro : foi necessário deixar de fora várias contribuições; continuam a aparecer muitas comunicações muito especializadas.

As reuniões mais importantes foram gravadas e existem hoje 48 vídeos na página web da “Historia a Debate” . Vão ser publicados três volumes com as participações neste congresso, nos idiomas de comunicação. Alguns portugueses marcaram presença neste encontro mas em número muito reduzido.

Foram referenciados historiadores presentes neste como nos anteriores congressos que não estão a trabalhar nos cursos de História mas em Direito, Antropologia, etc. . “Há que definir a disciplina de novo” concluiu.

§ O Professor sublinhou a importância das pequenas mensagens, pela sua singularidade e espontaneidade, normalmente ausentes dos trabalhos académicos. A participação no site da “Historia a Debate” é feita sem preocupações de curriculum havendo presenças relevantes e constantes. A média etária dos aproximadamente 7.000 frequentadores é de 35/45 anos, espalhados pelos cinco continentes, muitos deles pertencentes, como alunos, investigadores ou docentes, a uma das cerca de 350 universidades representadas. A língua dominante é o castelhano mas são feitas traduções para inglês e francês. Concluiu afirmando que a nova sociabilidade académica está patente na “Historia a Debate” com o recurso a novos meios de comunicação.

§ Destacou o retorno aos tipos de História tradicional que foram muito criticados por alguns historiadores e referiu, circunstanciadamente, a biografia que não pode ser paga pelo erário público quando é superficial. Alertou para o facto de que a História dos Protagonistas pode ser deturpada dando o exclusivo da História a um número muito reduzido de personagens, enganando ao encobrir milhares de participantes activos. Exemplificou com a luta pela democratização de Espanha. Concluiu sublinhando a necessidade de que se faça História séria para dar credibilidade à Ciência Histórica.

§ Salientou algumas das actuais preocupações dos historiadores e referiu que muitos se juntam na “Historia a Debate” para falarem de temas muito diversos sendo patente a preocupação pela teoria. Este fórum conseguiu uma democratização dos debates, “estamos buscando solução e há solução para uma nova História”, concluiu. “O historiador do futuro ou reflectirá ou não o será”, escreveu Carlos Barros há alguns anos, hoje voltaria a escrevê-lo afirmou.

§ Destacando a importância das grandes escolas historiográficas sustentou que os grandes historiadores que ainda lembramos a elas pertenceram, sendo certo que sem essa integração colectiva não teriam o impacto que alcançaram. As suas obras têm grande importância porque temática e metodologicamente foram novidades, estando integradas em escolas que desenvolviam essas novidades.

§ Ainda acerca do III Congresso “Historia a Debate” referiu a igualdade de tratamento conferido a todos os investigadores independentemente do seu estatuto académico. Salientou que este encontro teve mais mesas redondas que conferências o que agilizou a participação.

§ Ressaltou que “o debate não é um uso académico” até pela existente relação mestre/discípulo, mas, sublinhou, “ a transmissão vertical é fundamental mas precisa de contrapesos democráticos”.

§ Acerca do grande impacto conseguido pela “a Historia a Debate” assegurou que é a primeira vez que existe tanta visibilidade da historiografia “periférica”: espanhola, portuguesa, etc.. Corroborando este êxito está a publicação nos Estados Unidos de uma parte das comunicações ao II Congresso.

§ Referindo a tendência do poder central para promover a ligação de investigadores espanhóis com equipas de outros países, sublinhou a necessidade de serem analisadas as dificuldades geradas por essa internacionalização que “Historia a Debate” ja alcançou.

§ Finalmente alertou para a necessidade de inverter a direcção das relações empresa/universidade pois que, a seu ver, não deve ser aquela a modelar os cursos universitários, devendo antes receber e adoptar as novidades que lhes são facultadas pelas instituições de ensino superior.

Seguiu-se um animado Debate que apenas o adiantado da hora impediu de ser mais longo.

Prof. Maria Antonieta da Conceição Cruz
História Contemporânea - FLUP

.Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2131 historiadores de 45 países

2. HI. Derecha española

La extrema derecha de Rajoy.

Quisiera felicitar a los participantes y proponerles un debate sobre el comentario reciente de Rajoy, en relación con las declaraciones de un militar (ya apartado y arrestado). Rajoy acusaba al Gobierno de llevarnos a una situación en la que un militar "tenga que" (subrayo "tenga") salir haciendo esas afirmaciones. Es decir, Rajoy comparte la opinión de que el ejército debe tomar la iniciativa de conservar Cataluña, sin esperar a que el Gobierno decida.

Puesto que hablamos de Rajoy, es muy importante que ustedes sepan cuál es la estrategia de la Derecha española (no sería la primera vez que se cumplen mis pronósticos, ojalá me equivoque). Rajoy es el calientasillón de Rodrigo Rato, él es el verdadero candidato a la presidencia y el "talante" alternativo. El papel de Rajoy es crispar y minar el proverbial talante ZP y esperar a que se produzca una situación propicia para la entrada triunfal del Elefante blanco, Rodrigo Rato. Por lo tanto, el auto-inmolamiento de Rajoy es un sacrificio que él hace por el partido; le ha tocado desempeñar un papel de cascarrabias, similar al que tuvo Alfonso Guerra (pero éste, ya desde el Gobierno).

Saludos a todos.

Alfonso Galindo Lucas
Universidad de Cádiz

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

2/2/06

1. HaD. Qué es HaD 79

2. HI. Denuncias Académicas 34

1. HaD. Qué es HaD 79

Estimado Prof.Barros

Estoy totalmente de acuerdo con la posición tomada por HaD, en lo concerniente a ortografía y a otras normas del lenguaje escrito, a las que deberíamos tratar de atenernos, los miembros nuestra asociación.

Que un grupo minúsculo de "rebeldes sin causa" no nos desvíen de nuestro principal objetivo de avanzar en el conocimiento de la historia (.. y del lenguaje, de la sociología ,de la geografía, en fin,del conocimiento humano).

Todo ello en un marco ,como Ud dice, de respeto y libertad , intentando mantener la espontaneidad y la rapidez de las comunicaciones virtuales.

Afectuosamente

Ricardo Mase
Fundación de le República
Buenos Aires,Argentina

+++++

Carlos Barros:

Aunque no suelo participar en los debates, soy asiduo lector de los correos y miembro de la lista desde años.

Mi mensaje es con respecto al que tú has enviado hoy sobre cuestiones ortográficas. Un asunto que me interesa especialmente desde mi doble perspectiva de historiador y enseñante. Y en realidad lo que deseo es felicitarte por el acertado criterio que pienso que has aplicado a la cuestión, y sobre todo por la alta dosis de sentido común. Ehorabuena.

Jorge Bogaerts
Doctor en Historia
Profesor de Secundaria
Oviedo

Historia a Debate
E-mail h-debate@cesga.es
Página web www.h-debate.com
Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe
Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe
Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Denuncias Académicas 34

Kirchner y la Desjerarquizacion de la Ciencia en Argentina

Buenos Aires, martes 24 de enero de 2006

Sr. Presidente de la República

Dr. Néstor Kirchner
ref.: rejerarquización ministerial, investigación sumaria, falsedad ideológica, censura académica, continuismo, prevaricato, colaboracionismo, amedrentamientos, chivos expiatorios, fuga de cerebros, Informes y Balances fraguados, encubrimiento de apologistas del terrorismo de estado, patentes apócrifas, miedo a expresarse.

De mi más alta consideración:

Con motivo de la situación extremadamente crítica alcanzada en el área de Ciencia y Técnica (SECYT) del Ministerio de Educación, secuela de décadas de improvisaciones, retrocesos y lamentablemente también de violencia ilegítima (políticas de botín de guerra), que ha tornado injusto, oneroso y corrupto a todo el Sistema Nacional de Ciencia y Tecnología, cumpla en dirigirme nuevamente a Vd., luego de transcurrir un par de años desde los últimos escritos, para solicitar se considere la jerarquización institucional del área citada, retornándola al seno de la jurisdicción presidencial, u otorgándole status ministerial; tal como lo hicieron en la Comunidad Europea, países como Irlanda y Finlandia, quienes para ello revolucionaron el diseño y la conectividad de su organigrama estatal y

enebraron una red cultural a escala nacional, que hoy se proyecta a todo el continente Europeo.

Asimismo, en virtud de recientes balances o rendiciones de cuentas del CONICET, librados a la SECYT, que interpretados en forma caprichosa y/o fraudulenta inducen a creer en una falsa idea de progreso (La Nación, miércoles 11-I-2006, p.16), le vengo a solicitar se inicie una investigación sumaria que deslinde las correspondientes responsabilidades legales incursas por las citadas autoridades.

Para sustentar la reivindicación institucional y el reclamo indagatorio, me propongo explicitar una serie de agravios, que se describen a continuación: a) denuncias nunca respondidas; b) degradación de las Comisiones Asesoras del CONICET; c) condición evaluadora de juez y parte interesada; d) ficción de democracia en el régimen electoral del CONICET; e) vaciamiento, obsolescencia y deslegitimación institucional y fuga de cerebros; f) Informes científicos y Balances anuales fraguados; g) desjerarquización, veda y corrosión en la competitividad y productividad científicas, y parodia de producción académica; h) camarillas ocultas e impunes y encubrimiento de apologistas del terrorismo de estado; i) violencia simbólica ilegítima con la resultante de un estado fallido; y j) retroalimentación de la violencia y la consiguiente desjerarquización institucional y vulneración de Acuerdos Internacionales.

a) Denuncias nunca respondidas.

Así como un grupo de colegas investigadores y docentes del país apeló a las presidencias previas (Alfonsín, Menem, De la Rúa, Duhalde), también tuvimos oportunidad de elevarle a Vd. varios escritos, con fechas 1 y 24 de enero, y 8 de abril de 2004.

En esos escritos, habíamos informado a Vd. y a la opinión pública de la existencia en la SECYT de negociados neo-corporativos con los subsidios estatales destinados a la investigación científica y a la transferencia tecnológica. Asimismo, denunciábamos el continuismo con la legislación dictada por el Menemismo (Decreto PEN N° 1661/1996), y el colaboracionismo de diversos funcionarios con el Proceso, y advertimos la prolongada desjerarquización del área y la ausencia de una política de estado en materia cultural, científica y universitaria. Tras no haber recibido respuesta alguna, dichos escritos fueron publicados en diversos foros electrónicos nacionales e internacionales (Red Voltaire, CMAQ, Indymedia, Cambio Cultural, Correo de la Diáspora, Ciudad Política, La Fogata, Mondo Politico, Megafón, Infoamérica, h-debate, etc.).

b) Degradación de las Comisiones Asesoras del CONICET.

En esas denuncias cuestionamos la creciente degradación de las instituciones subalternas del CONICET, pues de resultas de la desjerarquización del área de Ciencia y Técnica la composición de cada una de las veinte (20) Comisiones Asesoras, que integran el CONICET, devino en un fugaz y mediocre número de Investigadores, que totalizan en cada momento un cuarto de millar de integrantes (o el 7% de un total de más de tres mil investigadores), y dirigidas cada una por un Presidente, directa y discrecionalmente seleccionados por el Coordinador del Área respectiva, quien a su vez integra el Directorio junto a los Coordinadores de las cuatro grandes Áreas del conocimiento.

Para la designación de los integrantes de esta veintena (20) de Comisiones, la legislación y la reglamentación ahora vigentes no exige requisito cualitativo alguno ni establece tampoco la duración en el cargo --un verdadero vacío jurídico-- careciendo muchos de los miembros de dichas Comisiones Asesoras de títulos académicos elementales y de una obra compatible con el puesto evaluador que detentan. Cuánto más breve el mandato de sus integrantes más alta es su rotación y mayor entonces el número de los que voluntaria o involuntariamente se comprometen con la corrupción pauta por algunos pocos, que se perpetúan como miembros merced al privilegio de pertenecer al centenar de unidades ejecutoras o Institutos propios del CONICET (cuya mayor parte fueron inaugurados durante las dictaduras militares).

Los integrantes de estas veinte (20) Comisiones se caracterizarían, entonces, en una desconocida proporción; por su sumisión clientelar y/o complicidad con el Coordinador que los designó; por el presuroso afán de granjearse canonjías y sinecuras (ascensos, viáticos, licencias, avales, premios, traslados, autorizaciones de asesorías y consultorías, dirección de becarios, subsidios institucionales a las revistas que dirigen con referatos cómplices, etc.); y por el interés de encubrir o enmascarar actividades dolosas (e.g.: comercialización de patentes farmacológicas, del plasma sanguíneo de las comunidades indígenas y del cateo de yacimientos geológicos y mineros; y venta de fósiles de yacimientos paleontológicos y de informes paleo-botánicos de granos de polen [Museo de Ciencias Naturales, La Nación, 20-IV-2005 y 20-XI-2005]).

c) Condición de juez y parte interesada en las evaluaciones.

Al subordinar y sepultar la SECYT en las telarañas burocráticas del Ministerio de Educación, los niveles internos del CONICET, en particular el Directorio, las Comisiones Asesoras y la Junta de Calificaciones (integrada esta última por los Presidentes de dichas Comisiones Asesoras), quedaron sometidos a una caja o enclave burocrático-autoritario, circular y endogámico, que detentando un poder estructuralmente fraudulento lo utiliza dolosamente en provecho propio y para perpetuarse a sí mismo, sin concurso público, ni tribunal arbitral interno permanente e independiente, ni control parlamentario, ni auditoría o evaluación externa internacional que lo conozcan y examinen.

En otras palabras, reiteramos que dicha caja o enclave, usufructuando los vacíos jurídicos producidos por la desjerarquización del área, se ha transformado en un mandarinato que manipula el poder como juez y parte interesada, como instrumento comunicacional de proselitismo y auto-propaganda, y como arma corporativa, divisionista y de amedrentamiento y acoso moral (u hostigamiento) hacia aquellos investigadores críticos que se resisten al univocato académico y a las prácticas y registraciones (actas) secretas y dolosas.

d) Ficción de democracia en el régimen electoral del CONICET.

Resulta obvio explicar que, como derivación de la desjerarquización mencionada, en dicha veintena (20) de Comisiones Asesoras del CONICET no existe representación legal de minoría alguna, pues el régimen electoral para elegir los miembros del Directorio impuesto arbitrariamente por el ex Secretario de Ciencia y Técnica Lic. Juan Carlos del Bello, durante la segunda Presidencia de Menem (Decreto No.1661/96), --que su gobierno no ha reparado ni modificado-- es de Lista Completa y prescribe una deplorable ficción de democracia.

Dicho régimen está fundado en una inconstitucional representación geográfica, generacional y funcional, y no contempla el derecho de oposición ni los frenos y contrapesos que garanticen en el seno del Directorio, y por ende, al interior de las Comisiones Asesoras, un elemental control de legitimidad (decencia, honestidad, capacidad, seriedad, etc.), y la independencia del órgano calificador promotor de los ascensos y/o de su congelación. Tampoco respeta la unidad del mundo científico pues para acceder a la condición de candidato a miembro del Directorio fragmenta la representación (voto pasivo), es decir la posibilidad de ser elegido, en requisitos generacionales y regionales, expresados en condiciones de status (dos escalafones jerárquicos) y localización geográfica (ocho regiones); y para ejercer la condición de elector (voto activo) divide el padrón y por consiguiente a los Investigadores en cuatro (4) áreas distintas del conocimiento, totalmente incomunicadas y aisladas entre sí, como si fueran compartimentos estancos, lo cual alimenta una centrifugadora especialización disciplinar.

e) Vaciamiento, obsolescencia y deslegitimación institucional y fuga de cerebros.

Estos mecanismos anti-democráticos (autoritarios, patrimonialistas, prebendarios, clientelares y fraudulentos), de representación, evaluación y calificación del cuerpo científico nacional, han devenido en un vaciamiento, obsolescencia y deslegitimación institucional y en lo radicalmente opuesto a un régimen moderno, autónomo, competitivo y meritocrático. Ello ha ocurrido también por cuanto se han lesionado los patrones de excelencia, capacidad y calidad; se ha ahogado toda pasión por la búsqueda, el descubrimiento y el diálogo entre conocimientos y culturas, dado que han subalternado la investigación interdisciplinar; se han debilitado los mecanismos de reconvergencia, interconectividad e interoperabilidad susceptibles de desbaratar las tendencias al autismo corporativo; y se ha extinguido toda esperanza de producir en los diversos saberes verdaderas rupturas o innovaciones epistemológicas.

Y este creciente deterioro ha generado un invisible malestar y un grave atraso cultural que alienta y estimula una irrefrenable fuga de cerebros (el cual contabiliza hasta hoy varias veces la planta actual del CONICET), que habrá sin duda de multiplicarse geométricamente, y que no obedece sólo a cuestiones económicas --como lo sostiene el Secretario de Estado Tulio Del Bono-- sino a razones institucionales, culturales y simbólicas (La Nación, 12-XI-2003). También ha alimentado un acendrado provincialismo cultural contaminado de una triple fobia (xenofobia, etnofobia y homofobia); y una capitulación ideológica y cultural, que socavan la incorporación de campos del conocimiento vedados a la investigación y la docencia (e.g.: lenguas originarias, teologías, misilística, conocimiento satelital, etc.); y una regresión digital e informativa de métodos y técnicas avanzadas (e.g.: auto-archivo, libre acceso electrónico, video-conferencia, etc.); todo lo cual ha profundizado aún más la brecha humanística, científica y tecnológica con las instituciones del primer mundo.

f) Informes científicos y Balances anuales fraguados.

Todos estos aberraciones y deformaciones acumuladas han tornado obsoleto al sistema científico nacional, que por otra parte vive incomunicado, cartelizado y escalafonado, y cuyo accionar se ha homologado al de la administración pública y al simulacro ritual de Informes científicos periódicos. Estos Informes periódicos, al no ser divulgados ni publicados, impiden que los colegas locales y extranjeros puedan corroborar su seriedad y honestidad científica.

Por todo ello, conjeturamos la existencia de un fraude o falsedad ideológica, pues es muy factible que en dichos Informes periódicos, en un número ignorado de casos, sus fuentes o datos hayan sido distorsionados, adulterados o copiados, y sus métodos y conclusiones hayan faltado a una verdad científica, o hayan sido refeitados, plagiados y/o producidos mediante actos venales, es decir fraguados con dinero de por medio, sin que sus autores fueran investigados, sumariados ni procesados judicialmente, cuando a cualquier auditoria le sería muy fácil contrastar la originalidad de los datos con la batería de hipótesis y conceptos, con la metodología utilizada, con los logros obtenidos y con las publicaciones resultantes, lo que les permitiría revelar las eventuales falacias y fraudes.

Corroborando esta conjetura, los propios balances anuales o rendiciones de cuentas del CONICET, que al igual que el Informe periódico de los científicos es un documento público, han venido siendo falseados y/o fraudulentamente inflados por sus autoridades, con el tácito asentimiento del Observatorio Nacional de Ciencia y Tecnología de la

SECYT. Una simple lectura del Balance del 2005, publicado y elogiado en cierta prensa diaria (La Nación, miércoles 11-I-2006, p.16), podrá verificar sus falsedades ideológicas y facturas presuntuosas y apologéticas, que no resisten un modesto y objetivo arbitraje o inspección de un tribunal académico internacional, pues se alimentan de mediciones y acumulaciones exclusivamente cuantitativas y presupuestarias, una contaduría de la ciencia, propias del positivismo estadístico decimonónico.

Estos balances, entonces, totalmente ajenos a verdaderos análisis científicos, están motivados por intereses de corte político-publicitarios, pues debió haberse estudiado en ellos el impacto que en el CONICET provocaron penurias y patologías tales como: a) la desjerarquización en el organigrama estatal; b) la postergación de la debida innovación en la red electrónica; c) la incomunicación entre áreas de conocimiento ex profeso compartimentadas; d) la omisión del estudio de disciplinas vedadas por la distribución geopolítica del conocimiento; y e) la eventual adulteración por parte de algunos científicos de los Informes Periódicos y la imprevisibilidad de las autoridades para detectarla. De haberse practicado estos análisis le habrían otorgado al Balance del 2005 autenticidad y credibilidad. Al no existir sinceridad ni sana autocrítica de parte de las máximas autoridades del CONICET, quien lea dicho Balance podrá ser incitado a creer que el organismo ha despegado y está en pleno servicio de la ciencia y la comunidad. Por el contrario, el Balance anual es un conjunto de apreciaciones fatuas, falaces y fraudulentas (La Nación, miércoles 11-I-2006, p.16).

g) Desjerarquización, veda y corrosión en la competitividad y productividad científica, y parodia de producción académica.

Esta desjerarquización jurisdiccional, esta veda geopolítica del conocimiento estratégico, y esta corrosión ética y burocrática ha permitido que --a pesar de lo que falsamente sostienen los Balances del CONICET-- disminuyera escandalosamente la competitividad argentina en el ranking internacional (Argentina no figura en el World Competitiveness Evaluation Report, del Switzerland International Institute for Management Development); desapareciera en grado inverosímil la productividad científica local (el número de patentes registradas que brinda el Balance del CONICET es irrisorio); se ocultara la producción patentada en el extranjero (USA); y se evadieran las regalías que les corresponderían al propio CONICET.

En consonancia con ello, el CONICET y la SECYT estarían encubriendo una parodia de producción académica, cuya calidad se habría vuelto en gran medida inocua, banal y redundante (e.g.: la figura del "investigador en empresa" mencionada en el Balance asemeja el CONICET a una agencia de empleo); e incluso fraudulenta, tal como ocurrió en el pasado próximo con el caso de las patentes científicas falsas (Crotoxina); y como seguramente sucede en la actualidad con los Informes fraguados aquí aludidos; y está aconteciendo en la docencia superior y en la burocracia ministerial (Dirección Nacional de Cooperación Internacional de la Secretaría de Políticas Universitarias) con los títulos o credenciales apócrifos (Universidades de Formosa y La Matanza).

h) Camarillas ocultas e impunes y encubrimiento de apologistas del terrorismo de estado.

Todas estas miserias: la desjerarquización institucional, la veda geopolítica y la corrupción académica, también dieron lugar a que se infiltraran y enquistaran en las estructuras de la SECYT y en los institutos del CONICET camarillas ocultas e impunes, refractarias a cualquier atisbo de meritocracia y sana y leal competencia, e inconfesablemente confabuladas con supervivencias pretorianas; y se prestaran a una política del "dedo" y de premios, castigos y venganzas personales; y a un discurso oculto de discriminaciones destinado a dividir y enmudecer las opiniones críticas, verdaderos resabios oscurantistas acumulativamente heredados de diversos gobiernos autoritarios (Dictadura de los Bastones Largos, 1966-72; Isabelismo de la Triple-A, 1974-76; Dictadura del Proceso, 1976-83; y Neo-liberalismos Menem-Delaruistas, 1989-2001).

Como extrema prueba de este aserto, al comienzo de su gestión, en el año 2003, el actual Secretario de la SECYT Ing. Tulio Del Bono, con la indiferencia del Comité de Ética de la propia SECYT, nombró como su Jefe de Gabinete al panegirista del Terrorismo de Estado y astrónomo Dr. Hugo Levato. A raíz de que el periódico Página 12, en su edición del 25 de noviembre de 2003, publicara una declaración de repudio por esa designación, firmada por la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE), el aludido Dr. Levato se vio precisado a renunciar (Página 12, 16-XII-2003). El Dr. Levato había sido quien en 1976, en la revista Nature, desmintió a unos colegas italianos que denunciaban las atrocidades que se estaban cometiendo en nuestro país, declarando ante ello que el medio millar de científicos exonerados por la dictadura del Proceso estaban "bien despedidos" por tratarse de "subversivos", muchos de los cuales resultaron a la postre secuestrados y luego "desaparecidos" (el Ing. Gustavo Rodolfo Giombini Moser, del INTA; el técnico soldador Dante Guede, del CONICET; los técnicos agrarios Alfredo Giorgi y María del Carmen Judit Artero Navarro de Jurkiewicz, del INTI; y los físicos Federico Alvarez Rojas y Daniel Bendersky, dos de los quince desaparecidos de la CNEA) (Nature, 19-VIII-1976).

Sin embargo, pareciera ser que la anunciada renuncia fue una torpe metamorfosis, toda vez que el ex colaboracionista de la Dictadura fue encubierto por las actuales autoridades y está ahora designado Presidente de la Biblioteca Electrónica de la SECYT, desde donde decide cuales revistas del acervo internacional son merecedoras de ser suscriptas, y por lo tanto consultadas.

i) Violencia simbólica ilegítima con la resultante de un estado fallido.

Estas perversiones (desjerarquizaciones, vedas, encubrimientos y mordazas), propias de un Gulag, son las que han reabierto el fantasma de una violencia simbólica ilegítima, es decir de un control ideológico e informativo (reglamentos de prensa), y de mecanismos de exclusión (discriminación, proscripción, postergación y represalia), por parte de sicarios emplumados, mucho más perniciosas que la experimentada recientemente en el periodismo radial argentino (Pepe Eliashev) y que la que se intenta en el ámbito judicial con la reforma del Consejo de la Magistratura, que si bien no producen muerte física vienen castrando el alma y la mente de lo que debiera ser una elite intelectual independiente.

A la ilegitimidad de la violencia física, la de la violencia simbólica también revelaría, sin querer pecar de catastrofismo, la existencia de un estado fallido, pues parafraseando a Jöel Migdal, las naciones que cuentan con sociedades pseudo-civiles fuertes --por padecer de una estructura corporativa y un entramado jurisdiccional de feudos regionales-- les corresponde necesariamente un pseudo-estado moderno extremadamente frágil, debido a la desjerarquización y endeblez de sus instituciones de poder

simbólico, en especial de aquellas vinculadas con la investigación científica, la cultura artística, la educación superior y el culto de la memoria; como es el triste caso del Teatro Colón, sepultado en la sentina de una burocracia municipal; o del Archivo General de la Nación (AGN), postergado en una secretaría política como es el Ministerio del Interior; o el más grave aún de las lenguas y creencias de los pueblos originarios, y los conocimientos de punta de la industria misilística y satelital (Proyecto Cóndor II), que fueron sacrificados durante el Menemismo en aras de la subordinación geopolítica a una hegemonía imperial del conocimiento.

j) Retroalimentación de la violencia y la consiguiente desjerarquización institucional y vulneración de Acuerdos Internacionales.

Este aparato de violencia simbólica ilegítima --destinado a impedir la dispersión de su clientela cautiva-- al incurrir en ilícitos de diversa índole (encubrimientos, vedas, prevaricatos, falsedades ideológicas), y estigmatizar y sacrificar en la hoguera virtual a los chivos expiatorios (suerte de leprosos a quienes debe eludirse por pavor al contagio), ha contribuido a acallar la superposición y el antagonismo de los organismos del área; a ignorar la desjerarquización institucional del espacio científico; a silenciar la irracional e irresponsable transferencia o nomadismo de instituciones caras a la cultura argentina (Museo de Ciencias Naturales [La Nación, 20-IV-2005 y 20-XI-2005]); y a censurar e incomunicar de hecho la información y producción investigativa y editorial.

Y esta violencia, desjerarquización e inmovilización estructurales se han ido retroalimentando, desde la SECYT y el CONICET hacia las Universidades Nacionales y viceversa; donde estas últimas apelan para perpetuar su inmunidad endogámica, a una suerte de autonomía o soberanía, como si se tratara de un fuero corporativo, que las excluyen de la acción de la justicia y del control parlamentario. Y estas ilegitimidades, vedas y desjerarquizaciones también se retroalimentaron con otras instancias burocráticas (Agencia o ANPCYT, Academias Nacionales, colegios de graduados o de profesionales, conservatorios, museos, archivos, bibliotecas, CONEAU, FONTAR, instituciones educativas de las Fuerzas Armadas y de las de Seguridad, etc.); y se han ido multiplicando como en un cuerpo enfermo a la organización de los eventos científicos y artísticos colectivos (congresos, jornadas, simposios, foros, exposiciones, talleres, muestras, referatos de revistas, sitios y listas de discusión electrónica, etc.), en menoscabo de un espacio, de un debate y de un liderazgo académico transparente y democrático; y por consiguiente, del dinamismo y la unidad de una red cultural, la que --como consecuencia de ello-- padece una de las más bajas tasas de reconversión, interconectividad, interoperabilidad e interlingualidad del mundo.

Por todas estas razones, las autoridades de la SECYT, del CONICET, de la Secretaría de Cultura, del Consejo Inter-Universitario Nacional (CIN) y del Ministerio de Educación (ME) estarían incursas en una inmensa deuda interna y asimismo estarían vulnerando cláusulas fundamentales de los acuerdos de cooperación internacional firmados con las asociaciones científicas de los países centrales (CSIC, CNRS, NSF, DFG, Royal Society, CNPq, etc.), y con los Ministros de Educación del Mercosur.

k) Conclusión.

Este memorial de agravios --suscripto en soledad para no implicar con él a ningún colega-- procura evocar, a manera de modesto homenaje, a los técnicos y científicos "desaparecidos" arriba mencionados, a quienes nadie puede creer, en honesto y sano juicio, que hayan muerto en vano.

Con ese irrenunciable compromiso, este documento tiene el propósito de solicitar al Sr. Presidente, como principio de solución institucional, la rejerarquización del área de Ciencia y Técnica, incorporándola nuevamente al seno de la jurisdicción Presidencial, o en su defecto otorgarle status ministerial; así como la iniciación de una investigación sumaria para deslindar las responsabilidades que le cabrían a las actuales autoridades de la SECYT por el ocultamiento de funcionarios que fueron cómplices de la dictadura, la existencia en su seno de reglamentos mordaza, y el encubrimiento de documentos de sus órganos subalternos, reñidos con la honestidad intelectual y política y con la letra y el espíritu de los acuerdos de cooperación internacional.

Finalmente, deseo reiterarle al Sr. Presidente que ninguna política constructiva ni perdurable que intente alejarnos de la condición de estado fallido podrá ser exitosamente implementada -aunque el CONICET infle su planta permanente con miles de nuevos Investigadores de carrera y el gobierno centuple sus partidas presupuestarias y los porcentajes sobre el PBI-- si en los espacios de la ciencia, la investigación, el arte y la docencia superior no se recrean sus organigramas, instituciones y prácticas, de modo tal que se ahuyente de las mismas la corrupción, la simulación, la hipocresía, la genuflexión, el oportunismo, el autismo, la indiferencia moral y, lo que es aún más grave y letal, la autocensura o miedo a expresarse libremente.

Reitero respetuosamente las expresiones de mi consideración.

Eduardo R. Saguier
Investigador-CONICET
<http://www.er-saguier.org>

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

6/2/06

1. Presentación en Portugal ++++

2. HI. Bolivia 7

1. Presentación en Portugal ++++

Exmo Professor

Tive o prazer de o ouvir no mês de Setembro na Universidade de Coimbra. Devo confessar que a ideia de usar este novo instrumento de comunicação - que é o computador e a net - a bem de um melhor estudo e compreensão da História me pareceu extraordinário.

Nunca tinha ouvido falar do vosso projecto.

Verifico que já introduziram nos vossos dados o meu e-mail. Estive a ler estas notícias que me chegaram.

Sou professora do ensino secundário, na cidade do Funchal, Ilha da Madeira. Faz tempo que me aflijo de ver a disciplina de História a desaparecer dos currículos do ensino secundário português.

Sou professora há 31 anos, sempre do mesmo nível e, sendo que gosto da investigação, não tenho conseguido conciliar a minha carreira docente e a vida familiar com essa actividade. No entanto, sempre que posso faço alguma coisa, mesmo que pequena e verifico que o ensino só beneficia com isso. Como poderão existir alunos para o curso de História no ensino universitário se ao nível do 2º ciclo e secundário ela diminui? Quem poderá fazer reverter esta situação? Os políticos ou os investigadores?

Sem mais

Maria de Fátima Vieira de Abreu

+++++

Querida colega:

Moitas gracias pola túa mensaxe.

Reiteramos o noso recoñecemento ós membros da nosa rede, profesores Margarida Sobral Neto, José Amado Mendes e Armando Carvalho Homen que fixeron posible a primeira presentación de HaD en Coímbra e Porto, desmentindo o antigo proverbio popular: "De Espanha nin bom vento nin bom casamento", que ten pouco sentido se consideramos que os que coordinamos esta comunidade académica dixital vivimos na Galiza, patria orixinaria común de todos nós.

Facemos todo o posible por incorporar a profesores de ensino secundario a HaD, infelizmente as asociacións gremialistas non colaboran (tampouco en España, todo hai que dicilo). Das 430 entidades académicas de 33 países que se adheriron ó III Congreso soamente se sumou a Asociación de Profesores de Historia de Uruguay....

Reverter a febel situación da historia no ensino secundario é tarefa común, tamén interesa ós investigadores e profesores universitarios.

Axuntémonos todos, o combate primeiro pola historia hoxe ten que ser contra as políticas que menosprezan a historia ou tentan de manipulala.

Saúdos,

Carlos Barros
Coordinador de Historia a Debate
cbarros@wanadoo.es
www.cbarros.com
www.h-debate.com

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Bolivia 7

Estimados amigos de HaD:

Me han parecido por demás ilustrativos los mensajes N° 2 y 3 enviados por el profesor Ricardo Lanutti desde La Paz. Realmente el acontecimiento de este próximo domingo 22 de enero es único, con la llegada de Evo al gobierno de la hermana Bolivia.

Lo que creo no debemos olvidar es que cuando hablamos de pueblos oprimidos, no tenemos que excluir a todos aquellos que sufren las consecuencias - hoy - de las políticas neoliberales impuestas desde el norte; - ayer -, de las impuestas desde España o Inglaterra... o cualquier país imperialista y en cualquier lugar del planeta. Buen ejemplo de ello el acertado comentario de Lanutti sobre la sujeción de los aymará a los incas, una forma de imperialismo en estos territorios.

En esto seamos consecuentes. El desarrollo alcanzado por determinados procesos histórico-económicos-sociales (el orden de los factores es otra historia...) hace que cuando eclosionan las políticas imperialistas nos afecten a todos, los pueblos originales de estas tierras o los que siendo pueblos originarios de otras, terminamos, por esas cosas que tiene la historia, compartiendo las misma América (y eso de "compartir", cuando las tierras no son ni de los originales ni de los que "bajamos de los barcos", suena casi irónico...)

Pero adelante, si bien no sólo con el ahínco de querer cambiar las cosas las cosas cambian, la ausencia de esa preocupación solo nos mantendrá en la derrota...

Por eso esperemos, por todos - originarios o no -, que este camino que se inicia en Bolivia con estas características - como en otros países tiene otras -, no sea un tropezón más que nos peguemos (o nos hagan pegar) sino un efectivo y sólido paso hacia la unión de los países (y de los pueblos) americanos.

(No me niego a la utopía que alguna vez se trate de la unión de los pueblos... del mundo)

Cordialmente,

Luis O. Cortese
"Historias de la Ciudad - Una revista de Buenos Aires"
Ciudad Autónoma de Buenos Aires
República Argentina

Historia Inmediata/Historia a Debate
E-mail h-debate@cesga.es
Página web www.h-debate.com
Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI
Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI
Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

6/2/06

1. HaD. Presentación en Portugal +++++

2. HI. Memoria activa 20

1. HaD. Presentación en Portugal +++++

Estoy muy de acuerdo con los comentarios de ambos. Luchar en favor de la enseñanza de la historia --en todos los niveles-- es una misión que nadie que se dedique a la educación, cualquiera sea el ámbito en que se desempeñe, puede jamás abandonar. Y a los políticos, que son quienes dictan y legitiman leyes, como así también a los políticos de la educación, que suelen ser sus asesores en materia educativa, hay que recordarles que quienes olvidan la historia están condenados a repetirla, así que más vale no la desdeñen. La historia nunca deja de asombrarnos, siempre nos enseña alguna lección más para la vida real y concreta del día a día.

Un saludo cordial a todos.

Fernando Aranda Fraga
Revista Enfoques
ARGENTINA

Historia a Debate
E-mail h-debate@cesga.es
Página web www.h-debate.com
Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe
Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe
Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Memoria activa 20

Notre collègue Olivier Pétré-Grenouilleau, récompensé par plusieurs prix pour son livre sur la traite des esclaves noirs, a été attaqué en justice par plusieurs associations et devait être jugé ce mois-ci au nom de la loi Taubira-Ayrault de mai 2001, qui définit l'esclavage et la traite des noirs commis par des Européens depuis le XVème siècle comme crime contre l'humanité. Mais les plaignants viennent de renoncer à leur plainte à cause de la mobilisation des historiens qui se sont rassemblés pour le défendre en une association présidée par René Rémond. Cette affaire était effrayante, parce que la liberté de l'histoire était directement menacée d'abolition au nom du "devoir de mémoire" imposé par un nombre croissant de lois depuis quinze ans (loi Gayssot de 1990, lois sur le génocide des Arméniens et sur l'esclavage et la traite des Noirs en 2001, loi sur les rapatriés et les harkis en 2005...). Mais un groupe d'historiens a bien vu et dénoncé le péril (même si d'autres n'ont malheureusement pas voulu voir le danger de l'ensemble de ces lois), et il a bien réagi en prenant la défense d'Olivier Pétré-Grenouilleau et en décidant de former une association pour défendre tous les historiens injustement accusés comme lui dans l'avenir. Je vous joins le dernier communiqué de l'Association pour votre information. Bonne lecture, et à bientôt. Bien cordialement,

Guy Pervillé
Group de Recherche en Histoire Immediate
Toulouse

++++++

Chers collègues, chers amis,

Le collectif DOM a annoncé hier qu'il se retirait sa plainte contre Olivier Pétré-Grenouilleau, expliquant notamment : « depuis décembre 2005 l'hostilité des médias nationaux (...) et de l'intelligentsia (pétitions de 19 historiens les plus célèbres et de 550 historiens) ne permettait plus de se faire entendre ».

Cette décision est un premier succès collectif pour les 600 signataires de l'appel « Liberté pour l'histoire ». Les menaces que font courir à l'enseignement et à la recherche certains articles des lois mémorielles restent entières. Le présent communiqué, diffusé le 4 février à l'AFP et aux journaux, rappelle notre détermination à ne pas laisser se développer une « nouvelle affaire » Pétré-Grenouilleau. Notre vigilance concerne aussi bien les chercheurs et enseignants du supérieur ou du secondaire. C'est pourquoi les initiateurs de l'appel ont proposé de constituer une association et demandé à René Rémond d'en prendre la présidence.

Dès que possible, nous reviendrons vers vous en sollicitant votre participation à une association qui affirmera la liberté de l'enseignement de l'histoire et de la recherche scientifique contre les pressions idéologiques et politiques de toute nature. Nous vous informons, par ailleurs, que 150 historiens belges viennent de signer un appel très proche du nôtre, intitulé « Pléthore de mémoire : quand l'Etat se mêle d'histoire... », soulignant ainsi que les questions posées par les historiens dépassent bien le cadre national. A noter aussi que l'Associations des professeurs d'histoire et de géographie nous a assuré de son total soutien. Du reste, le prochain numéro d'Historiens et Géographes publiera la liste complète des signataires de la pétition LPH et un appel invitant ses lecteurs à rejoindre l'association.

Merci encore pour votre soutien.

Liberté pour l'histoire

Communiqué de presse de l'association Liberté pour l'histoire 4 février 2006

"Le Collectif des Antillais, Guyanais, Réunionnais vient d'annoncer qu'il retirait sa plainte « pour révisionnisme » déposée contre Olivier Pétré-Grenouilleau, historien et universitaire, auteur des « Traites négrières ». Cette plainte, qui prenait appui sur la loi du 19 mai 2001, aurait, de façon tout à fait inadmissible, transformé un historien reconnu par ses pairs, sur le plan national comme international, pour l'excellence de son travail scientifique, en otage « politico-mémoriel ». Les 600 signataires de l'appel « Liberté pour l'histoire » prennent note avec satisfaction de cette sage décision, déplorant les

préjudices de toute nature subis durant sept mois par Olivier Pétré-Grenouilleau.

Reste que les lois mémorielles comportent toujours des articles qui continuent à représenter une menace pour le libre exercice de la recherche et de l'enseignement de l'histoire à tous les niveaux et la libre expression scientifique de l'histoire. C'est pourquoi les signataires de l'appel n'entendent pas relâcher leur vigilance. L'acquis constitué par le retrait de la plainte en question les incite, au contraire, à poursuivre leur action et à l'inscrire dans la durée. C'est le sens donné à l'association « Liberté pour l'histoire » qu'il viennent de créer et qui est présidée par le professeur René Rémond. Cette association s'appliquera à défendre les chercheurs et enseignants d'histoire qui sont ou seraient poursuivis au titre des lois mémorielles ; lois qui, en tout état de cause, devraient être révisées. A ce propos, elle tient à dire fermement qu'elle prendra garde à éviter les pièges tendus par ceux qui, travestissant l'histoire, nient la réalité de la Shoah».

Texte authentifié par Jean-Pierre Azéma (azemajp@noos.fr) et Christian Delporte (delporte.amc@wanadoo.fr)
Liberté pour l'histoire

MÁS INFORMACIÓN EN:

http://passouline.blog.lemonde.fr/livres/2006/01/la_libert_pour_.html
<http://www.imprescriptible.fr/dossiers/petitions/lois/>
http://www.rfi.fr/actufr/articles/072/article_40465.asp
<http://www.histoiredesmedias.com/petitionlibertehistoire.htm#signataire>
<http://www.aidh.org/hist-mem/petitions02.htm>
<http://daniel.calin.free.fr/wordpress/?p=63>
http://fr.wikipedia.org/wiki/Loi_fran%C3%A7aise_du_23_f%C3%A9vrier_2005
http://crdp.ac-reims.fr/memoire/enseigner/memoire_histoire/05historiens1.htm
<http://www.comlive.net/sujet-72153-38.html>

Traducción al castellano en <http://oesi.cervantes.es/traduccionAutomatica.html>

Nuestro colega Olivar Pétré-Grenouilleau, recompensado por varios precios para su libro sobre la trata de los esclavos negros, ha sido atacado en justicia por varias asociaciones y debía ser juzgado este mes al nombre de la ley Taubira-Ayrault de mayo de 2001, que define la esclavitud y la trata de la negra cometida por Europeos desde el XVème siglo como crimen contra la humanidad. Pero los demandantes acaban de renunciar a su denuncia debido a la movilización de los historiadores que se reunieron para defenderlos en una asociación presidida por René Rémond. Este asunto era espantoso, porque la libertad de la historia se amenazaba directamente de abolición en nombre del "deber de memoria" impuesto por un número creciente de leyes desde hace quince años (ley Gayssot de 1990, leyes sobre el genocidio de los Armenios y sobre la esclavitud y la trata de la Negra en 2001, ley sobre los repatriados y los harkis en 2005...). pero un grupo de historiadores vio bien y denunció el peligro (aunque otros desgraciadamente no quisieron ver el peligro del conjunto de estas leyes), y reaccionó bien tomando la defensa de Olivar Pétré-Grenouilleau y decidiendo formar Les adjunto el último comunicado de la Asociación para su información. Buena lectura, y hasta pronto. Bien cordialmente,

Guy Pervillé
Group de Recherche en Histoire Immediate
Toulouse

++++++

Queridos colegas, queridos amigos,

El colectivo DU anunció ayer que se retiraba su denuncia contra Olivar Pétré-Grenouilleau, explicando en particular: "desde diciembre de 2005 la hostilidad de los medios de comunicación nacionales (...) y de la inteligencia (peticiones de 19 historiadores más famosos y de 550 historiadores) no permitía más hacerse oír".

Esta decisión es un primer éxito colectivo para los 600 signatarios de la llamada "Libertad para la historia". Las amenazas que hacen correr a la enseñanza y a la investigación algunos artículos de las leyes mémorielles siguen siendo enteras. El presente comunicado, difundido el 4 de febrero a la AFP y a los Diarios, recuerda nuestra determinación no dejar desarrollarse un "nuevo asunto" Pétré-Grenouilleau. Nuestra vigilancia se refiere tan a los investigadores y a profesores del superior o el secundario. Esta es la razón por la que los iniciadores de la llamada propusieron constituir una asociación y pidieron a René Rémond tomar la Presidencia.

Cuanto antes, volveremos de nuevo hacia ustedes solicitando su participación en una asociación que afirmará la libertad de la enseñanza de la historia y la investigación científica contra las presiones ideológicas y políticas de toda clase nosotros les informamos, por otra parte, que 150 historiadores belgas acaban de firmar una llamada muy cercana de nuestro, titulado "Plétora de memoria:" cuando el Estado se mezcla de historia... ", destacando así como las cuestiones planteadas por los historiadores sobrepasan bien el marco nacional A tener en cuenta también que las Asociaciones de los profesores de Historia y geografía lo garantizaron de su total apoyo." Por otro lado, el próximo número de Historiadores y Geógrafos publicará la lista completa de los signatarios de la petición LPH y una llamada que invitará a sus lectores a incorporarse a la asociación.

Gracias aún para su apoyo.

Libertad para la historia

Comunicado de prensa de la asociación Libertad para la historia 4 de febrero de 2006

"el Colectivo de los Antillese, De Guyana, De La Reunión acaba de anunciar que retiraba su denuncia" para révisionisme "presentada contra Olivier Pétré-Grenouilleau, historiador y universitario, autor de las" Tratas negras ". " Esta denuncia, que tomaba apoyo sobre la ley de 19 de mayo de 2001, de manera totalmente inadmisibile, habría transformado a un historiador reconocido por sus pares, a nivel nacional como internacional, para la excelencia de su trabajo científico, en rehén "politico-mémorial". Los 600 signatarios de la llamada "Libertad para la historia" toman nota con satisfacción de esta sabia decisión, deplorando los perjuicios de toda clase sufridos durante siete meses por Olivier Pétré-Grenouilleau.

Permanezca que las leyes mémorielles implican siempre artículos que siguen representando una amenaza para el libre ejercicio de la investigación y la enseñanza de la historia a todos los niveles y la libre expresión científica de la historia. Esta es la razón por la que los signatarios de la llamada no se proponen aflojar su vigilancia. El acervo constituido por la retirada de la denuncia en cuestión les incita, al contrario, a proseguir su acción y a inscribirlo en la duración. Es el sentido otorgado a la asociación "Libertad para la historia" que acaba de crear y que es presidida por el profesor René Rémond. Esta asociación se aplicará a defender los investigadores y a profesores de historia que son o se proseguiría de conformidad con las leyes mémorielles; leyes que, en cualquier caso, deberían revisarse. A este respecto, desea decir firmemente que tomará guarda a evitar las trampas tendidas por los quiénes, disfrazando la historia, niega la realidad del Shoah ". "

Texte authentifié par Jean-Pierre Azéma (azemajp@noos.fr) et Christian Delporte (delporte.amc@wanadoo.fr)
Liberté pour l'histoire

MÁS INFORMACIÓN EN:

http://passouline.blog.lemonde.fr/livres/2006/01/la_libert_pour_.html
<http://www.imprescriptible.fr/dossiers/petitions/lois/>
http://www.rfi.fr/actufr/articles/072/article_40465.asp
<http://www.histoiredesmedias.com/petitionlibertehistoire.htm#signataire>
<http://www.aidh.org/hist-mem/petitions02.htm>
<http://daniel.calin.free.fr/wordpress/?p=63>
http://fr.wikipedia.org/wiki/Loi_fran%C3%A7aise_du_23_f%C3%A9vrier_2005
http://crdp.ac-reims.fr/memoire/enseigner/memoire_histoire/05historiens1.htm
<http://www.comlive.net/sujet-72153-38.html>

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

1. Qué es HaD 80

Estimados colegas,

Leí con profundo estupor los textos de los estudiantes chilenos de las Universidades de Viña del Mar y San Sebastián, a los cuales hace referencia Carlos Barros el día 20 de enero de 2006. Considero que es lamentable que futuros historiadores e historiadoras hagan un tratamiento tan antojadizo del lenguaje. Sin bien es cierto, la libertad que permite la red admite tomarse ciertas licencias en este sentido, no es menos cierto que la rigurosidad en el lenguaje es fundamental para expresar claramente las ideas.

Uno de los aludidos, el Sr. Eugenio "aramando chandía arce", señala textualmente que "las ideas son las mismas independiente, que escriba historia con H o sin ella". Le recuerdo a este respetable estudiante chileno (proveniente de un país en el cual al hablar no hacemos distinción entre "s" y "c") que no es lo mismo escribir "estamos en la cima del conocimiento", que "estamos en la sima del conocimiento". Esto grafica, en mi modesta opinión, que, cuando se trata del lenguaje escrito, la ortografía es una herramienta fundamental para expresar y dar a conocer apropiadamente nuestros puntos de vista.

Sin embargo, creo que el dejo de arrogancia con el cual se expresa este joven, propio sin duda de la vehemencia con la cual intenta dar a conocer sus ideas, no reviste la gravedad que tiene el hecho que nosotros, los profesores e investigadores que actualmente formamos a estas generaciones, no realicemos el esfuerzo necesario para inculcar en nuestros alumnos el amor y el respeto por su lengua materna; la cual, evidentemente, está siendo maltratada y menoscabada, con lo que de paso también se menoscaban y maltratan nuestras culturas. Es por esto que me hago eco de las palabras del Sr. Chandía Arce cuando nos recuerda en su mismo texto, a mi juicio con meridiana claridad, que deberíamos preocuparnos "del presente de la educación propiamente tal". Asumamos entonces nuestro rol como educadores y contribuyamos desde nuestras aulas a enaltecer el lenguaje escrito, pues es un pilar fundamental para la reconstrucción de la memoria, la cual en el caso nuestro, desafortunadamente, mu! estra dejos profundos de amnesia que no nos permiten avanzar hacia el desarrollo de una democracia donde el pasado encuentre justicia y verdad y gane al fin su espacio en la historia pasada, presente, futura y/o inmediata de Chile.

Esta situación que pudiera parecer menor pues, finalmente, quizás el Sr. Chandía Arce tenga razón cuando señala que HaD no es más que "un chat, más del mundo del Internet, donde un grupo de personas, quiere pasar por Intelectual, conversando de temas, rebuscados y mostrando con eso, superioridad intelectual entre países", para mí reviste una importancia mayor, pues el hecho de hacer el esfuerzo de escribir correctamente y de incorporar las críticas que otros hagan a nuestro trabajo también lleva implícito el respeto por el otro (en este caso el lector) y la tolerancia hacia quienes manifiestan una opinión disidente referente a los temas que nos convocan. Considero que la arrogancia intelectual a la cual hace mención este estudiante, que es tan reprochable en los académicos como en los alumnos, es peor aún si se mezcla además con cuotas importantes de ignorancia. Sin embargo, es necesario hacer notar que de esto no estamos exentos los profesores e investigadores, ya que como lo evidencian algunos de los escritos que circulan en HaD, muchas veces ni siquiera nosotros mismos estamos en condiciones de hacer ver los errores a nuestros alumnos pues nuestra propia ortografía dista mucho de lo que se requiere para realzar y difundir la correcta aplicación del lenguaje.

José Ortega y Gasset señalaba que "la claridad es la cortesía del filósofo", yo agregaría a esta frase que el buen uso de la ortografía es la obligación de todos aquellos profesores que aspiramos a que nuestras sociedades y nuestras culturas se valoren y se defiendan con la altura que se merecen en un mundo cada vez más globalizado. No podemos permitir que Internet banalice la riqueza del lenguaje. En esto a todos quienes pensamos que la difusión y la libre expresión de las ideas no se pueden tranzar por la inmediatez de la circulación de la información, nos cabe una responsabilidad mayor.

Por último, me permito señalar que la frustración también es parte de la educación, por lo que no nos deberíamos molestar si en algún momento alguien pone reparos a nuestros trabajos. El aceptar las críticas, aún cuando no las compartamos, es parte del espíritu democrático que mueve a esta red.

Profesora María Isabel Orellana R.
Museo de la Educación Gabriela Mistral
(Ex Museo Pedagógico de Chile)

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Memoria activa 21

Amigos de HaD / HI,

Dado el interés del debate francés sobre memoria e historia, reproducimos a continuación los tres manifiestos publicados (¿quién dijo que no es hora de manifiestos?), las traducciones van al final:

1) Manifiesto contra la ley del 23 de febrero de 2005 que reconoce el rol positivo de los franceses en Argelia, fue firmado hasta abril por 1038 colegas.

2) Manifiesto del 13 de diciembre de 2005 contra la ley del 23 de febrero y también contra otras leyes anteriores condenando el racismo, el genocidio armenio de 1915 y la esclavitud (motivo del procesamiento Olivier Pétre-Grenouilleau que justamente denunciaba aquí Guy Perville), fue firmando hasta el 5 / 2/ 2006 por 608 colegas (parte de los firmantes del primer documento no firman éste).

3) Manifiesto del 20 de diciembre de 2005 de 31 intelectuales franceses, algunos historiadores, contra la petición de los anteriores de derogar todas esas leyes.

Información completa en Wikipedia:

http://fr.wikipedia.org/wiki/Loi_fran%C3%A7aise_du_23_f%C3%A9vrier_2005

Carlos Barros

Coordinador de Historia a Debate

cbarros@wanadoo.es

www.cbarros.com

www.h-debate.com

TEXTOS

La loi du 23 février 2005 « portant reconnaissance de la Nation et contribution nationale en faveur des Français rapatriés » a des implications sur l'exercice de notre métier et engage les aspects pédagogiques, scientifiques et civiques de notre discipline.

Son article 4 dispose:

« Les programmes de recherche universitaire accordent à l'histoire de la présence française outre-mer, notamment en Afrique du Nord, la place qu'elle mérite.

Les programmes scolaires reconnaissent en particulier le rôle positif de la présence française outre-mer, notamment en Afrique du Nord, et accordent à l'histoire et aux sacrifices des combattants de l'armée française issus de ces territoires la place éminente à laquelle ils ont droit ... »

Il faut abroger d'urgence cette loi,

- parce qu'elle impose une histoire officielle, contraire à la neutralité scolaire et au respect de la liberté de pensée qui sont au cœur de la laïcité,- parce que, en ne retenant que le « rôle positif » de la colonisation, elle impose un mensonge officiel sur des crimes, sur des massacres allant parfois jusqu'au génocide, sur l'esclavage, sur le racisme hérité de ce passé,- parce qu'elle légalise un communautarisme nationaliste suscitant en réaction le communautarisme de groupes ainsi interdits de tout passé.

Les historiens ont une responsabilité particulière pour promouvoir des recherches et un enseignement

- qui confèrent à la colonisation et à l'immigration, à la pluralité qui en résulte, toute leur place,- qui, par un travail en commun, par une confrontation entre les historiens des sociétés impliquées rendent compte de la complexité de ces phénomènes,- qui, enfin, s'assignent pour tâche l'explication des processus tendant vers un monde à la fois de plus en plus unifié et divisé.

Claude Liauzu, professeur émérite à l'université Denis Diderot-Paris 7; Gilbert Meynier, professeur émérite à l'université de Nancy ; Gérard Noiriel, directeur d'études à l'EHESS ; Frédéric Régent, professeur à l'université des Antilles et de Guyane ; Trinh Van Thao, professeur à l'université d'Aix-en-Provence ; Lucette Valensi, directrice d'études à l'EHESS.

+++++

Mardi 13 décembre 2005:

Une pétition pour l'abrogation des articles de loi contraignant la recherche et l'enseignement de cette discipline.

Émus par les interventions politiques de plus en plus fréquentes dans l'appréciation des événements du passé et par les procédures judiciaires touchant des historiens et des penseurs, nous tenons à rappeler les principes suivants:

L'histoire n'est pas une religion. L'historien n'accepte aucun dogme, ne respecte aucun interdit, ne connaît pas de tabous. Il peut être dérangeant.

L'histoire n'est pas la morale. L'historien n'a pas pour rôle d'exalter ou de condamner, il explique.

L'histoire n'est pas l'esclave de l'actualité. L'historien ne plaque pas sur le passé des schémas idéologiques contemporains et n'introduit pas dans les événements d'autrefois la sensibilité d'aujourd'hui.

L'histoire n'est pas la mémoire. L'historien, dans une démarche scientifique, recueille les souvenirs des hommes, les compare entre eux, les confronte aux documents, aux objets, aux traces, et établit les faits. L'histoire tient compte de la mémoire, elle ne s'y réduit pas.

L'histoire n'est pas un objet juridique. Dans un Etat libre, il n'appartient ni au Parlement ni à l'autorité judiciaire de définir la vérité historique. La politique de l'Etat, même animée des meilleures intentions, n'est pas la politique de l'histoire.

C'est en violation de ces principes que des articles de lois successives notamment lois du 13 juillet 1990, du 29 janvier 2001, du 21 mai 2001, du 23 février 2005 ont restreint la liberté de l'historien, lui ont dit, sous peine de sanctions, ce qu'il doit chercher et ce qu'il doit trouver, lui ont prescrit des méthodes et posé des limites.

Nous demandons l'abrogation de ces dispositions législatives indignes d'un régime démocratique.

Les signataires:

Jean-Pierre Azéma, Elisabeth Badinter, Jean-Jacques Becker, Françoise Chandernagor, Alain Decaux, Marc Ferro, Jacques Julliard, Jean Leclant, Pierre Milza, Pierre Nora, Mona Ozouf, Jean-Claude Perrot, Antoine Prost, René Rémond, Maurice Vaisse, Jean-Pierre Vernant, Paul Veyne, Pierre Vidal-Naquet et Michel Winock

+++++

20 décembre 2005

Trente et une personnalités dont des écrivains, des juristes et des historiens se sont prononcés contre la pétition lancée le 12 décembre par 19 historiens qui demandaient l'abrogation d'articles de loi qu'ils qualifiaient d'"indignes d'un régime démocratique".

En nous opposant à la pétition « une liberté pour l'Histoire », nous pensons que le droit à la dignité ne limite pas la liberté d'expression. Nous revendiquons pour tout un chacun une pleine et entière liberté de recherche et d'expression. Mais il paraît pernicieux de faire l'amalgame entre un article de loi éminemment discutable et trois autres lois de nature radicalement différente. La première fait d'une position politique le contenu légal des enseignements scolaires et il paraît souhaitable de l'abroger. Les secondes reconnaissent des faits attestés de génocides ou de crimes contre l'humanité afin de lutter contre le déni, et de préserver la dignité de victimes offensées par ce déni.

Ces trois lois ne restreignent en rien la liberté de recherche et d'expression. Quel historien a jamais été empêché par la loi Gayssot de travailler sur la Shoah et d'en parler ? Déclarative, la loi du 29 janvier 2001 ne dit pas l'histoire. Elle prend acte d'un fait établi par les historiens le génocide des Arméniens et s'oppose publiquement à un

négationnisme d'Etat puissant, pervers et sophistiqué. Quant à la loi Taubira, elle se borne simplement à reconnaître que l'esclavage et la traite négrière constituent des crimes contre l'humanité que les programmes scolaires et universitaires devront traiter en conséquence.

Le législateur ne s'est pas immiscé sur le territoire de l'historien. Il s'y est adossé pour limiter les dénis afférents à ces sujets historiques très spécifiques, qui comportent une dimension criminelle, et qui font en tant que tels l'objet de tentatives politiques de travestissements. Ces lois votées ne sanctionnent pas des opinions mais reconnaissent et nomment des délits qui, au même titre que le racisme, la diffamation ou la diffusion de fausses informations, menacent l'ordre public.

L'historien serait-il le seul citoyen à être au-dessus de la loi ? Jouirait-il d'un titre qui l'autorise à transgresser avec désinvolture les règles communes de notre société ? Là n'est pas l'esprit de la République où, comme le rappelle l'article 11 de la déclaration des Droits de l'Homme, « tout citoyen peut parler, écrire, imprimer librement, sauf à répondre de l'abus de cette liberté dans les cas déterminés par la loi ».

Signataires:

Claire Ambroselli, Muriel Beckouche, Tal Bruttman, Yves Chevalier, Didier Daeninckx, Frédéric Encel, Dafroza Gauthier, Alain Jakubowicz, Bernard Jouanneau, Raymond Kévorkian, Serge Klarsfeld, Marc Knobel, Joël Kotek, Claude Lanzmann, Laurent Leyeikian, Stéphane Lilti, Eric Marty, Odile Morisseau, Claire Mouradian, Assumpta Mugiraneza, Claude Mutaflan, Philippe Oriol, Gérard Panczer, Michel Péneau, Iannis Roder, Georges-Elia Sarfati, Richard Sebban, Yveline Stéphan, Danis Tanovic, Yves Ternon, Philippe Videlier

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

14/2/06

1. 2 millones de visitas

2. HI. Bolivia 8

1. 2 millones de visitas

LA WEB DE HISTORIA A DEBATE SOBREPASA LOS DOS MILLONES DE VISITAS.

Según las últimas estadísticas que nos ha hecho llegar el CESGA, nuestra página web ha sobrepasado las dos millones de visitas (concretamente 2.287.342) desde su inauguración en 1999. El crecimiento ha sido espectacular a lo largo de estos años. Recordemos que en mayo de 2001 reuníamos 8431 visitas; en enero de 2002, 13.275; en enero de 2003, 49.824; y en enero de 2005, 54.791. Completando estas cifras, tenemos que añadir que en los últimos meses del año 2005 se ha producido una subida muy significativa en el número de visitantes. Así, durante el mes de octubre de 2005 hubo un total de 99.094 visitas con una media de 3096 visitas/día, y en noviembre del mismo año hemos sobrepasado por primera vez las 100.000 visitas/mes (101.182), con un total de 263,766 páginas vistas. Por otro lado, como complemento a estos datos, hay que hacer constar que las visitas realizadas a través de la página principal también siguen su ascenso y su número asciende ya a 282.000.

En cuanto a las páginas más solicitadas, no ha habido demasiados cambios. Siguen siendo las más visitadas las

mismas, es decir, la página principal de HaD, las páginas que contienen los debates generales y los de "Historia Inmediata", y la del coordinador de HaD, Carlos Barros (www.cbarros.com), cuya página web sigue siendo sumando visitas (ya sobrepasa las 200.000).

Por último, señalar el crecimiento de las listas. La lista general de HaD ha sobrepasado ya los 2400 suscriptores de más de 50 países, y la lista de Historia Inmediata está próxima a los 800 afiliados. Asimismo, la lista del Grupo Manifiesto, correspondientes a los suscriptores del manifiesto historiográfico (abierto permanentemente) ha superado con creces las 400 firmas (440).

I. Sanmartín
Historia a Debate

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Bolivia 8

Contestando HaD / HI: Bolivia 4

Hace tiempo que no escribo en HaD / HI. Es la primera vez que escribo en HI / Bolivia (4). Espero cumplir con las reglas escritas o no escritas, para ver este mensaje publicado.

Posiblemente alguien me recuerde (seguramente Carlos Barros me recuerda) en mi disgusto recurrente cuando se les denomina "americanos" a los habitantes de los Estados Unidos, United States of America, USA. Mayor mi disgusto cuando a los habitantes de USA se les llama "norteamericanos", burlando el hecho de que en Canadá y México somos también norteamericanos. Es más, los kalaallit, llamados groenlandeses, son también norteamericanos por origen (América antes de América y ya América como oficialmente América. Mejor sería llamar al continente Abya Yala), de un país que se llama Kalaallit Nunaat, (Groenlandia): "Latierra de esos, los kalaallit".

Mi disgusto es así mayor cuando a los indígenas americanos (de Alaska y "Groenlandia" a Tierra del Fuego) se les llama "indios", inmenso error (genovés o español, error que no cometieron los vikingos, ni posiblemente chinos, que estuvieron antes del 1492 en Abya Yala), al que se le rinde tributo todos los días.

Afortunadamente en México casi siempre ya se habla de indígenas y no de indios, y hasta tenemos un Instituto Nacional Indigenista, que deberá desaparecer como muy bien próximamente desaparecerá su homólogo burocrático en Bolivia.

En Bolivia vemos el amanecer de verdaderamente otro mundo integrado, y no un mundo "globalizado" bajo el poder económico y la subyugación cultural. En Bolivia no estamos ante una izquierda dividida, delirante y estúpida, como tampoco parecen perfilarse la Argentina, Brasil, Paraguay, posiblemente Ecuador y Venezuela, y a med! iados de año México mismo, espero.

Don Ricardo Lannutti, universitario (U Nacional de Luján) americano (dela Argentina) dice (en HI / Bolivia 4):--"... Tomo el minibús a La Paz. Es difícil hacer las Crónicas de un país donde un indio será presidente..."

Yo suplico muy encarecidamente, no seguir con ninguno de los dos errores arriba considerados, máxime viniendo de americanos (nativos de Abya Yala), aunque muchos seamos de origen español o italiano.

Con respeto y afecto.

Omar Kayam Villalpando Barriga
(Biólogo, pretendido epistemólogo)
Colegio de Postgraduados en Ciencias Agrícolas

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

15/2/06

1. HaD. Qué es HaD 81

2. HI. Bolivia 9

1. HaD. Qué es HaD 81

Veo con preocupación las faltas de ortografía en los comentarios de los colegas, si bién es cierto que el contenido de la opinión no se afecta ,pero debemos insistir en ello,máxime que los ordenadores tienen corrector incluidos.

A modo de ilustración quiero que se me permita contar un hecho histórico que viene al caso perfectamente. En mi país Venezuela , ahora muy conocido en el mundo entero, hace cincuenta años aproximadamente,el candidato presidencial era el Dr. Diógenes Escalante , bien ocurre que el candidato perdió el juicio y fué internado y en sustitución aparece el Dr. Biaggini médico muy reputado en la época y de buena aceptación en el electorado. Sucede que el Dr. Biaggini escribe en una foto suya para publicarse en un diario de mucha circulación, una nota donde aparece un texto con la palabra felicitación , la cual apareció en el diario remarcada con una c sobre la s ; éste hecho bastó para que fuera retirado su candidatura con el argumento popular de que cómo éra posible que una persona que no sabía escribir pretendiera ser Presidente de la República.

Sin otro comentario.

ATTe.

Miguel Stabile

Universidad Simón Bolívar

Venezuela

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Bolivia 9

Estimados camaradas:

Día con día la prensa escrita y los medios de comunicación electrónicos nos dan cuenta del tejido de la Historia

inmediata, el debate establecido entre los colegas que formamos parte de este entramado tan importante, ha seguido con cuidado académico, algunas veces, y con gran atrevimiento en otras, el cuestionamiento sobre la historia inmediata.

Ligando a lo anterior el debate educativo que también es parte de nuestras preocupaciones como profesionales de la historia y algunos (los más) de la enseñanza de la historia, el compañero Ricardo nos permite mirar a través de un visillo que conjuga conocimiento de la Historia, arte de hacer historia y emoción por la historia, no me resta más que agradecer el compartir la Historia de vida, que conjuga el pasado de siglos con el pasado inmediato.

La Historia de vida es vituperada por algunos compañeros al no considerarla parte de una metodología que permite el conocimiento de la Historia, Ricardo da muestra de las tres aristas de una historia de vida: ser actor, espectador y autor.

Gracias, Ricardo.

Saludos a esta gran red, desde Toluca, Estado de México, un saludo especial a Carlos Barros

Georgina Flores García.
Universidad Autónoma del Estado de México
Toluca, México

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviarnos el mensaje: incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviarnos el mensaje: borraradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

16/2/06

1. HaD. Qué es HaD 82

2. HI. Bolivia 10

1. HaD. Qué es HaD 82

Para el amigo Uruguay Vega: utilizar "correctamente" el lenguaje implica pensar "correctamente". Creo que los que "escriben mal" es porque no tienen claras sus ideas o, simplemente, por falta de respeto al destinatario. Es obvia la relación entre pensamiento y lenguaje. (Entre paréntesis: qué obvios tus papás para bautizarte).

Eva Grosser.

Instituto Nacional de Antropología e Historia
I.N.A.H. - México

p.d.: No dejan de ser bastante divertidas estas polémicas sobre el uso "correcto" del lenguaje.

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviarnos el mensaje: incluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviarnos el mensaje: borraradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Bolivia 10

Comentarios: El modelo de desarrollo de los países como Perú, Bolivia ha sido y sigue siendo de primario exportador. Primero con la invasión española, los recursos naturales como el oro y la plata y sus recursos humanos fueron diezmados, luego con la primera revolución industrial ,Inglaterra financia la independencia de los pueblos americanos para "liberarlos" de la dominación peninsular y impone la división internacional del trabajo como fuente de materia prima del salitre, guano de las islas y propicia la guerra con Chile dotándoles de armentos al Estado Chileno, generó deudas, destruyó la infraestructura productiva y luego con la segunda revoluciónn industrial a cargo de los países EE.UU. Alemania, Francia , Holanda convierte a los países sudamericanos como fuente de materia prima como productores de lana, algodón, caucho, cobre, petróleo, aprovechamiento de mano de obra barata.

Filoter Tello Yance
Universidad nacional del CENTRO DEL PERÚ

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

17/2/06

1. HaD. Qué es HaD 83

2. HI. Bolivia 10

1. HaD. Qué es HaD 83

Para el amigo Uruguay Vega: utilizar "correctamente" el lenguaje implica pensar "correctamente". Creo que los que "escriben mal" es porque no tienen claras sus ideas o, simplemente, por falta de respeto al destinatario. Es obvia la relación entre pensamiento y lenguaje. (Entre paréntesis: qué obvios tus papás para bautizarte).

Eva Grosser.
Instituto Nacional de Antropología e Historia
I.N.A.H. - México

p.d.: No dejan de ser bastante divertidas estas polémicas sobre el uso "correcto" del lenguaje.

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Bolivia 10

Comentarios: El modelo de desarrollo de los países como Perú, Bolivia ha sido y sigue siendo de primario exportador. Primero con la invasión española, los recursos naturales como el oro y la plata y sus recursos humanos fueron diezmados, luego con la primera revolución industrial ,Inglaterra financia la independencia de los pueblos americanos para "liberarlos" de la dominación peninsular y impone la división internacional del trabajo como fuente de materia prima del salitre, guano de las islas y propicia la guerra con Chile dotándoles de armentos al Estado Chileno, generó deudas, destruyó la infraestructura productiva y luego con la segunda revoluciónn industrial a cargo de los países EE.UU. Alemania, Francia , Holanda convierte a los países sudamericanos como fuente de materia prima como productores de lana, algodón, caucho, cobre, petróleo, aprovechamiento de mano de obra barata.

Filoter Tello Yance
Universidad nacional del CENTRO DEL PERÚ

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

20/2/06

1. HaD. 2 millones de visitas +

2. HaD. Manifiesto 130

3. HI. Denuncias Académicas 35

1. HaD. HaD. 2 millones de visitas +

Bimillonaria h-debate: Felicitaciones.

Ernest Vallhonatr i Llurba
Centre d'Estudis Colombins de Barcelona

+++++

Aos coordenadores de Historia A Debate as minhas maiores felicitações pela sua enorme implantação na comunidade de historiadores.

Margarida Sobral Neto
Prof. Univ. Coimbra

+++++

Historia a Debate
E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

1. HaD. Manifiesto 130

Publicamos al final la relación de los 34 nuevos/as colegas que han firmando el Manifiesto desde setiembre de 2005 hasta hoy.

El numero total de componentes del Grupo Manifiesto de HaD pasa a ser de 444 historiadores/as de 37 países de Europa, América, Asia, África y Oceanía: España, Francia, Argentina, Brasil, Perú, México, Guatemala, República Dominicana, Cuba, Estados Unidos, Portugal, Colombia, Venezuela, Chile, Ecuador, Uruguay, Costa Rica, Italia, Noruega, Puerto Rico, Paraguay, Rumania, Australia, Nueva Zelanda, Panamá, Bolivia, Suiza, Angola, Rusia, Argelia, Austria, Japón, Nicaragua, El Salvador, Georgia y Honduras..Podéis consultar el texto del Manifiesto en español, gallego, portugués, inglés, francés, alemán, catalán e italiano, y si estáis de acuerdo en lo esencial añadir vuestros datos (nombre, institución o profesión, localidad y país) escribiéndonos a h-debate@cesga.es.

+++++

Firmantes añadidos, pues, al Grupo Manifiesto de Historia a Debate en el período que va desde el 1/9/05 al 20/2/06, correspondientes a los números 412-444 del listado general de suscriptores:

Guillermo Bustos, Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, Ecuador. Guadalupe Soasti, Taller de Estudios Históricos, Quito, Ecuador. Mireya Salgado, Pontificia Universidad Católica, Quito, Ecuador. Gladys Gallardo, Universidad de Playa Ancha, San Felipe, Chile. Ignacio Telesca, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Asunción, Paraguay. Carlos Rojas Galarza, Universidad Nacional de Educación Enrique Guzmán y Valle, Lima, Perú. Jorge I. Piña Gritssman, Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad de Jerez, Durango, México. Mauricio Yen, Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad de Juárez, Durango, México. María Inés Lizaso, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Montevideo, Uruguay. Juan Carlos Ruiz Jiménez, Diario de la Tarde, Tabasco, México. Levan Z. Urushadze, The Javakhishvili Institute of History and Ethnology of the Georgian Academy of Sciences, Tbilisi, Georgia. Teresa Petlascalco, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México. Edivio A. Ferrer Barrios, La Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela. Julio César Iglesias, Universidad de Oviedo, España. Noemí Frías, Universidad Pedagógica Experimental Libertador, Caracas, Venezuela. Rubén Kotler, Universidad Nacional de Tucumán, San Miguel de Tucumán, Argentina. Emilio Mikunda-Franco, Universidad de Sevilla, España. Felipe Antonio Albornoz, Universidad Bolivariana Los Ángeles, Chile. Lorena Valdivia, Colegio de Educación Profesional, Morelia, México. José Alberto Manzini, Facultad Humanidades y Ciencias de la Comunicación, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay. Mario A. Venegas, Universidad Bolivariana Los Ángeles, Chile. Enrique Benjamín Rebaza, Instituto Superior Pedagógico Indoamerica, Perú. Lolita Gladys Lavado, Escuela Superior de Bellas Artes de Trujillo, Perú. Luis Miguel Duarte, Universidade de Porto, Portugal. Isabel Morgado, Centro de Investigaçao Histórica, Faculdade de Letras, Universidade de Porto, Portugal. Mariela Bavaud, Universidad Nacional de la Matanza, Argentina. Juan Andrés Bresciano, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay. Manuel López Torrijo, Universidad de Valencia, España. Palmira Vélez Jiménez, Universidad de Zaragoza, España. Jorge Alberto Amaya, Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán, Tegucigalpa, Honduras. Miguel David Herrera Lage, Instituto Superior Politécnico José Antonio Echevarría, La Habana, Cuba. Jorge Gabriel Henriques, Escola Secundária de Alcanena, Portugal. Ignacio Martín Jiménez, Universidad de Valladolid, España.

[Nota: Puedes consultar en nuestra web el texto del Manifiesto de HaD en español, gallego, portugués, inglés, francés, alemán, catalán e italiano así como suscribir, opinar y/o colaborar en su difusión, publicación y utilización en la enseñanza de la historia, la metodología, la historiografía y la teoría de la historia. Escribenos a h-debate@cesga.es]

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

3. HI. Bolivia 11

Las autoridades catalogan de errores a las palabras de los pueblos

Son importantes los debates, útiles para ayudarnos a entender una realidad (que incluye la historia como parte del espiral pasado, presente, futuro). Es en ese sentido que quiero responder a "Omar Kayam Villalpando Barriga, (Biólogo, pretendido epistemólogo), Colegio de Postgraduados en Ciencias Agrícolas.

En general, desde los tiempos del código de hamurabi en Mesopotamia y de Incas y Aztecas en América las autoridades llamaban "barbaros" a los pueblos que no hablaban su culta lengua, que usaban palabras que ellos desconocían o a las que daban diversos significados. Eso los separaba cada vez mas de los pueblos, así en las religiones como en las ciencias. ¿En cual de los más de 500 idiomas americanos "Abya Yala" significa America?, sería bueno que el profesor lo averiguara y nos lo contara.

Los pueblos se llaman a si mismo como quieren y no somos los intelectuales los que debemos decirles como hablar. Indios se dicen si mismos muchos hermanos aymaras, muchos mapuches, muchos quechuas, por el contrario, nosotros los historiadores de esta parte del mundo preferimos llamarlos como algunos de ellos se llaman (y no es justamente indígenas que es habitantes de las Indias tanto como indios, ni aborigen que implica sin origen, sino Pueblos Originarios, pero nos rendimos ante el nombre que cada pueblo se da a si mismo).

El error está en nosotros cuando pensamos que la autoridad del lenguaje nos pertenece a nosotros y no a los pueblos, son los pueblos los que construyen los lenguajes y la historia, las ciencias y las artes, nosotros... somos polvo en ese camino... En un sentido me parece muy bien que le parezca muy mal el párrafo que reivindico consciente y orgullosamente "):--"... Tomo el inibus a La Paz. Es difícil hacer las Crónicas de un país donde un indio será presidente... "

Profesor Ricardo Lanutti
Universidad nacional de Luján. Argentina

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviarnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviarnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

21/2/06

1. HaD. Qué es HaD 84

2. HI. Denuncias Académicas 36

1. HaD. Qué es HaD 83

Comenzare mi texto no sin un poco de temor, pues, siendo apenas una pasante en historia siempre queda la espina de no opinar "correctamente" cuando se debate con historiadores de alto nivel, no obstante, no podía dejar pasar esta oportunidad para expresar mi indignación, en este caso, con la mentalidad tan limitada que demuestra la juventud más próxima a mi, aquellos que en un futuro serán mis colegas de generación.

Me leí el escrito de Eugenio Chandía y medite un poco en sus opiniones, primero en la falta o apatía por parte del gremio (aunque no estoy completamente segura si eso quería expresar) en trabajar historia reciente y en segundo lugar el manejo ortográfico que ,creo, a él le parece demasiado riguroso.

Pues bien mi opinión a ambos temas es la siguiente, primero; es mentira que no se estén trabajando temas de actualidad , de primera mano y por situarse mi tesis entre los años 80's en México puedo decir que es cierto que he tenido problemas para encontrar asesoría pero, -se puede- y definitivamente esto abre una brecha en las líneas historiográficas que en un futuro serán más socorridas por los historiadores (yo confío en que así será).

Y hablando del segundo punto que me ha molestado aún mas yo creo que en una comunidad académica, porque, discúlpenme pero para mi esto va más allá de un simple foro de la red, es inconcebible que no se tengan ciertos lineamientos básicos para un entendimiento pleno. Si bien es cierto que aquí discuten no solo gente con Postgrados, hacer un uso limitado del idioma Español es simplemente desastroso. No solo somos de diferentes nacionalidades (lo cual lingüísticamente nos limita de entrada) sino que ahora vamos a pretender utilizar un lenguaje deformado coloquial al extremo y costumbrista como el que se utiliza en un vulgar "chat".

Lo siento pero no, no es cuestión de libertad de expresión, ni tampoco de coartarle a nadie sus ideas, es una mera cordialidad con todos aquellos que nos interesamos por la Historia, ¿que no somos acaso 'amantes de Clío'?, entonces porque desuartizamos la única vía que tenemos para rendirle culto, nuestra lengua, sin ella (en este caso en el sentido escrito) no podríamos difundir la más mínima idea. ¿No es acaso más restrictivo escribir sin ser entendidos?.

Soy una simple historiadora en formación, no lo niego y mis limitantes existen, pero no permitiré que la carrera que amo tanto se vea desvirtuada por adolescentes sin pleno uso de la conciencia que esta profesión les exige.

De antemano, gracias por la oportunidad de ser escuchada.

Un afectuoso saludo

Jessica B. Glez. Huacuz
Pasante de la Lic. en Historia
Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo
Morelia, Michoacán, México.

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Denuncias Académicas 36

Queridos colegas de HaD. comparto la denuncia en contra de la Universidad neopatrimonial. Es un realidad que se extiende por todo el planeta, sun símbolo más de la Globalziación. Las ciencias sociales y las humanidades, como las califica la Unesco, en este esquema de Universidad desaparecen. Peor todavía. En el caso chileno las Universidades son parte de las empresas de los grupos economicos -en chile les gusta llamarse familias, como las mafias-. Y de hecho las universidades privadas mas importantes son empresas educacionales vinculadas a los negocios de estas familias. Una de la más importantes, la Universidad Adolfo Ibáñez, su dueño es dueño a la vez, entre otras empresas, de una de las cadenas de supermercados más importantes del país. De este modo, al ser propietario de una universidad logra la integración vertical perfecta para sus negocios, según enseña la teoría administrativa y el pensamiento estratégico del management. Su universidad es la fabrica de gerentes y administrativos para sus empresas. Este un tema que deberiamos recoger con fuerza en HaD: la privatizacion e las Universidades. La actual privatización del Estado finalmente está afectando a las Universidades. Atentamente,

Patricio Carvajal
U Marítima de Chile, U de Valparaíso

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

22/2/06

1. HaD. Qué es HaD 85

2. HI. Bolivia 12

1. HaD. Qué es HaD 85

[Nota: Se ruega a los participantes en los debates que identifiquen en su respuesta el autor y el mensaje de referencia]

Querido colega:

Hay que mirar más la viga en el ojo propio que la paja en el ajeno, aunque no le falte razón en el origen de su comentario. Le recomiendo que revise su texto.

Sin acritud,

Enrique Vegas Rioja

Doctorando de Historia de la ULPGC

España.

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Bolivia 12

Estimados colegas: Comparto, en lo esencial, las palabras de Filoter. Es la propuesta de I. Wallerstein con teoría de la economía mundo. Sin duda los espacios geográficos americanos descubiertos, conquistados y explotados por los europeos, desde el siglo XVI hasta el siglo XX, son parte de la dinámica del capitalismo. Pero en el caso de Bolivia no olvidemos que también, como en la mayoría de los países latinoamericanos, existe una oligarquía nacional que no sólo establece alianzas con las fuerzas del capital foráneo sino además ella misma es la gran propietaria de las riquezas. Tal es el caso del llamado "Estado de la rosca" en Bolivia. Proceso que se desarrolla durante el período de la república oligárquica (1880 - 1952). Sólo con la Revolución nacional de 1952 liderada por Victor Paz Estenssoro y el MNR Bolivia logra, aunque parcialmente, llevar a acabo transformaciones sociales importantes que lo dejan como

país en el camino de la modernización. El caso de Paz Estenssoro, junto al Mariscal Santa Cruz en el siglo XIX, representa el de los dos políticos más importantes que ha tenido Bolivia, al menos esa es mi opinión. Pero no debemos culpar de los males de Bolivia sólo y exclusivamente a los extranjeros -desde los españoles a los norteamericanos-, sino recordar algunos argumentos como los de F. Tamayo y A. Arguedas. También los bolivianos dueños del país: Patiño, Suárez, Hochschild, etc. Por estas razones me parece que la integración de E. Morales y del MAS en los lineamientos de la revolución bolivariana puede resultar de capital importancia para que Bolivia ocupe un lugar destacado en la Historia de América Latina y otorgue a la vez una calidad de vida a su población que durante toda su historia, desde los tiempos del imperialismo español a los tiempos del imperialismo yanqui, le ha sido negada. De lo contrario, es decir, si Bolivia no logra superar su situación de marasmo social en la que se encuentra, entonces las palabras del ministro de Defensa argentino, Pampuro, sobre la libanización de Bolivia, podrían comenzar a constituir una trágica realidad para los bolivianos. En este sentido, y tanto la Historia como la Geografía así lo explicitan, superficies territoriales extensas (1.100.000 mil Km² y 8 mill. de habitantes) es una realidad perfecta para abrir los apetitos expansionistas de sus vecinos. La dotación de recursos de Bolivia es extraordinaria, de ahí pues la responsabilidad inexcusable de que el gobierno actual mire todo el pasado, el presente y, especialmente el futuro, con sentido estratégico. Bolivia ha perdido 1 millón de km² a manos de sus vecinos expansionistas a través de guerras y tratados, según los estudios del historiador boliviano V. Abecia B. Pero también quiero recordarle al colega peruano que cada vez que Bolivia intenta una política exterior más autónoma Perú interveine. Es el legado del "gamarrismo" en la historia de Bolivia. Sería interesante, en otro debate, discutir sobre las relaciones Bolivia - Chile - Perú y la Guerra del Pacífico. Tema abierto al debate historiográfico, por encima de las verdades oficiales de los respectivos Estados involucrados en el conflicto. Un saludo muy cordial a todos los colegas de HaD

Patricio Carvajal Aravena
Director Ejecutivo CEEV

[Nota: Por favor, desarrollar las siglas de las instituciones a las que están vinculados, a fin de que puedan ser mejor identificadas por colegas de otras universidades y países]

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista envíadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista envíadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

23/2/06

1. HaD. Qué es HaD 86

2. HI. Memoria histórica activa 22

1. HaD. Qué es HaD 86

[Nota: Se ruega a los participantes en los debates que identifiquen en su respuesta el autor y el mensaje de referencia]

De acuerdo totalmente con su preocupación y más si cabe con el hecho relatado; en este debate hubo en algún momento personas que no sólo restaban importancia a la ortografía, dándole un papel secundario, ante la expresión o comunicación de algunos intelectuales, si no que pretendían ser más papistas que el papa, cómo se suele decir, dando lecciones de corrección de otros aspectos que ellos consideraban más importantes y serios. Como historiadora y como profesora, profesional de la educación, creo que lo último que puedo hacer es contribuir a que desaparezcan valores que creo necesarios, incluido el de la ortografía, por respeto al idioma, a la cultura, a nuestro alumnado incluso, al que, teóricamente, enseñamos algo, al menos lo intentamos. Desde Santiago de Compostela, agradezco su

intervención, dado que yo suelo corregir en galego y en castellano todas y cada una de las faltas de ortografía y expresión en las que incurre mi alumnado como p! arte evidente de la madurez intelectual exigida en su nivel. Me parecería muy triste que se acercaran a este foro de debate y comprobaran cómo sus profesores y profesoras pasan por alto estos aspectos en aras de una más que dudosa intelectualidad. Gracias.

Guillermina Domínguez Touriño.
IES San Clemente.Santiago de Compostela

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje `incluirme/subscribe`

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje `borradme/unsubscribe`

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HL. Memoria histórica activa 22

Querido Carlos:

Tras el éxito de Noviembre 2005 en Weimar con motivo de la "Conferencia internacional de Weimar 2005 sobre la investigación histórica alemana de la ex-RDA" he recibido el siguiente llamamiento, que te reproduzco abajo para su difusión a través de HaD en alemán del Dr. Dieter WINKLER (señas ut infra: Kapellenweg 6c, D-13159-BERLIN) en un sobre conteniendo información (muy largo y prolijo y además todo en alemán) en el que me recuerda algo de lo que me habló entonces sobre posibilidad de crear el "Museo de las ansias de Libertad en la ex-RDA" por parte de los propios alemanes y simpatizantes, en el que se recuerden todos los intentos, fallidos o nó, por reestablecer la Democracia y los Derechos Humanos universales en aquel periclitado país, hoy nuevamente reinsertado en la Alemania de siempre. He pensado por ello que Historia a Debate es el mejor foro posible para lanzar este llamamiento que te ruego difundas lo mejor que puedas, sabedor que apoyas todo tipo de iniciativas similares en las que la Historia sobre todo pueda desplegar toda su potencialidad y sus virtualidades, como en el presente caso.

Gracias por tu amabilidad.

Gracias igualmente por haber difundido la información sobre los historiadores alemanes G. OESTREICH /G. RADBRUCH y por la temática de mi libro "DERECHOS HUMANOS Y MUNDO ISLAMICO".

Un saludo de tu colega de Sevilla

Emilio Mikunda-Franco (Prof. de Filosofía del Derecho)

mikunda@us.es

+++++

LLAMAMIENTO

del Dr. Dieter WINKLER

para 1º.-) intentar crear el "Museo de las ansias de Libertad en la ex-RDA" dirigido tanto a los propios alemanes como a los simpatizantes, en el que se recuerden todos los intentos, fallidos o nó, por reestablecer la Democracia y los Derechos Humanos universales en aquel periclitado país, hoy nuevamente reinsertado en la Alemania de siempre.

2º.-) Quede claro que no se trata, de crear ningún centro de altos presupuestos económicos de tipo estatal, o sea, de financiación con cargo al erario público, sino de una de tantas iniciativas ciudadanas de tipo ONG, o "Asociación de Amigos de la Libertad" por ejemplo, liderada por socialdemócratas alemanes de los ex-territorios de la RDA.

3º.-) Que sus promotores se llamen a sí mismos "Kleine Sozialdemokraten" (Pequeños socialdemócratas) y pidan a todos los interesados en colaborar con el proyecto a que se pongan en contacto con ellos, advirtiendo que nada tiene que ver esta iniciativa con políticas contemporáneas, por lo que ruegan que no se politice el tema, estando abierto a cualquier tipo de partido político que no sean ni totalitarios ni autoritarios, sino profundamente democráticos. Nada de aprovechamientos partidistas al respecto. La libertad es tarea de todos y no es monopolio de nadie.

4º.-) Aquí encontramos nuevamente una "posibilidad de honrar el conocimiento y la solidaridad de los historiadores y de todos los interesados en esta temática de libertad y libertades".

5º.-) Rogamos que los interesados se pongan en contacto con la persona indicada abajo, sea en alemán, sea en inglés o francés, escribiendo a las siguientes personas:

Dr. Dieter WINKLER /Iris SPRANGER
Kapellenweg 6 c,
D-13159-BERLIN
ALEMANIA

Tema: Creación del "MUSEO DE LAS LIBERTADES" recordando la lucha por alcanzarlas en la antigua Alemania Democrática o RDA.

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

24/2/06

1. HaD. Qué es HaD 87

2. HI. Denuncias Académicas 37

1. HaD. Qué es HaD 87

Coincido con la colega Eva Grosser, de México. La historia es una ciencia cuya herramienta son las palabras. Si una persona no domina el lenguaje, no sólo será incapaz de comunicar a los demás sus ideas, sino que posiblemente también será incapaz de estructurarlas en el interior de su mente. A lo sumo tendrá un pensamiento incoherente, si le falla la sintaxis; y falta de conceptualización compleja si su vocabulario se reduce -como desgraciadamente comprobamos a diario entre nuestros alumnos universitarios- a apenas medio millar de palabras. Escribir "mal", querido Uruguay Vega, suele ser la señal de algo no marcha mal en los fundamentos del conocimiento. Y esto no es una crítica denigrante, sino una simple constatación: si quieres ser matemático, antes debes aprender a sumar; y si quieres ser historiador, aprende a leer y escribir. Y luego podrás ofrecernos el resultado de tus reflexiones historiográficas, que a buen seguro nos servirán a todos para la mejora de nuestros conocimientos.

Oscar Alvarez Gila
Universidad del País Vasco
Vitoria-Gasteiz

Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe

Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Denuncias Académicas 37

Si il est vrai que les sciences sociales sont aujourd'hui, dans les pays dits développés, les domaines de recherches les plus controversés, il est triste de constater que leur situation ne s'est guère améliorée en Amérique latine. Pourtant - et cela est une question de candide - en

>regard du programme de gouvernement de Michele Bachelet, celle-ci semble avoir pris des engagements au sujet de l'enseignement supérieur, qui depuis le 11 septembre 1973 est contrôlé par des intérêts privés, pouvons-nous penser que le nouveau gouvernement chilien puisse adopter des mesures à caractère social.

Cordialement.

Nicolas Prognon (GRHI)

[Nota: Por favor, desarrollar las siglas de las instituciones a las que están vinculados, a fin de que puedan ser mejor identificadas por colegas de otras universidades y países]

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países

27/2/06

1. HaD. Historia mundial 9

2. HI. Memoria histórica activa 23

1. HaD. Historia mundial 9

[Nota: respuesta de C. Barros a una consulta sobre docencia de Historia Mundial de una colega argentina]

Querida colega, la norteamericana World History, que hemos acogido en nuestro III Congreso como recordarás y que hay que seguir debatiendo, es una perspectiva interesante que, curiosamente, reclama en nuestro ámbito académico (europeo y latino) algún interés didáctico, reflexivo e investigador, como se vio en el congreso.

El problema mayor es que la bibliografía que hay a mano es generalmente deudora de los viejos paradigmas estructuralistas, fragmentadores y eurocéntricos, incluso los escasos precedentes de historia de civilizaciones.

Hemos aprendido que la larga duración no es más que una ampliación cuantitativa del arco temporal si no se relaciona con la corta y media duración, lo que Braudel ni Le Roy Ladurie (histoire immobile) no hicieron ni teorizaron en su momento, más bien lo contrario, pues separaron y enfrentaron entre sí las distintas duraciones al modo estructuralista de su tiempo.

Lo me preocupa es que la Historia Mundial se quede en un nombre nuevo para la "historia universal" medieval y moderna que hemos aprendido en la escuela. El mismo peligro se corre en el campo de la investigación, bajo la etiqueta de "historia medial" encuentran acomodo en inglés las investigaciones anteriores que superaban el ámbito nacional, que hay que recuperar, reinterpretar y actualizar, porque no se corresponden con las definiciones teóricas

más avanzadas de la World History.

Para la Historia Mundial no se quede en una moda "que viene de los EE. UU." sin contenido coherente con su definición sería preciso, superar los paradigmas neopositivistas, economicistas, estructuralistas, etnocéntricos y occidentalistas que marcaron incluso la mejor historiografía de los años 60 y 70, cambiando la matriz disciplinar de la historia como disciplina (que no contempló la escala mundial de investigación, sino más bien la escala regional, nacional e inter-nacional), llevando el nuevo paradigma historiográfico global a la investigación, lo que no se puede hacer sin criticar lo anterior, por supuesto, lo que nos lleva a no confundir el respeto por los clásicos con la idolatría de los clásicos. Todavía estamos a tiempo de evitar que la Historia Mundial se quede en "utopía" como la vieja Historia Total, lo necesitamos además.

Mientras tanto ¿qué hacer? ¿Esperar a Godot y seguir dando la historia mundial-universal de siempre? Pienso que no, y desde luego está muy bien el cambio de nombre y la intencionalidad de vuestra asignatura, la cuestión es aproximar lo más que se pueda el contenido al nombre... con la bibliografía que tenemos, recuperando temas y libros de Annales y el marxismo historiográficos que han quedado sepultados por el retorno de la vieja historia.

Si la asignatura va a ser lo que tu dices, Edad Media y Moderna europeo-occidental, yo le pondría desde luego como nombre "Historia Mundial Occidental", si mantienes sólo las dos primeras palabras habría que introducir, cuando menos, de alguna manera, la América pre-colonial y Oriente. Te pueden servir los trabajos de nuestro llorado Gunder Frank (sobre todo, Re-Orient) que superan, actualizan y complementan al sistema mundial y la economía-mundo de Wallerstein y otras elaboraciones anteriores.

¿Y para la Europa medieval? Tu programa es, más o menos, como los que usamos aquí (puedes consultarlos a través de Google) para la asignatura obligatoria de Historia Medieval Universal: temas especializados separados entre sí. Si acaso habría que dedicar en las lecciones un espacio mayor al tipo de sociedad y mentalidad medievales, recobrando la visión global de la Edad Media, frente al actual peso excesivo de la cronología y los acontecimientos. Aprovechar más por lo tanto las transiciones al feudalismo de Anderson, la sociedad feudal de Bloch, la civilización feudal de Le Goff, los tres ordenes de Duby...

Un buen trabajo actualizado para una comprensión global del medioevo europeo es el libro de nuestro colega y amigo Jérôme Baschet sobre la civilización feudal, desde al año 1000 a la colonización de América (Flammarion, 2004, todavía sin traducir al castellano), donde late la doble aproximación global que planteamos desde HaD, escala y enfoque.

Para la historia medieval de España sirve todavía a nuestro objetivo de una historia medieval global, el raro manual de "Historia general de la Alta Edad Media" de José Ángel García de Cortázar (Madrid, 1970), que interrelaciona las tres áreas de civilización (cristiana occidental, bizantina e islámica) y no olvida que no se puede estudiar analizar o enseñar los diferentes "niveles" de la realidad fragmentariamente.

Es lo que hay mientras, no se desarrollemos investigaciones e interpretaciones más globales y actualizadas.

Un saludo y ánimo
Carlos Barros
Coordinador de Historia a Debate
cbarros@wanadoo.es
www.cbarros.com
www.h-debate.com

Historia a Debate
E-mail h-debate@cesga.es
Página web www.h-debate.com
Para apuntarse a esta lista enviadnos el mensajeincluirme/subscribe
Para desaparecer de esta lista enviadnos el mensajeborradme/unsubscribe
Suscriptores actuales 2422 historiadores de 45 países

2. HI. Memoria histórica activa 23

Estimados colegas de HAD.El debate sobre el tema de la historia reciente y sobre la memoria activa está en su punto culminante en el Uruguay en estos días. El asunto de la laicidad, que tiene en nuestro país un interés casi exclusivamente político-partidario, ha saltado a la prensa con motivo de las reformas de los programas de Historia de

educación secundaria La posibilidad de que se enseñe la historia reciente ha provocado un recrudecimiento de la sospecha que recae sobre los docentes y sobre los historiadores que prepararán los materiales didácticos.

Como una muestra les mando el siguiente texto, fragmento de editorial del diario El País, de fecha 27 de diciembre de 2005.

"Se dice que se dictarán cursillos para capacitar a los docentes en la reforma programática y que se redactarán textos para su uso, todo en plazos perentorios. Pero, aún cuando quienes dicten los cursos de capacitación y quienes redacten los nuevos textos sean idealmente puros y no contaminados por ninguna interpretación sesgada- cosa que no creemos- igualmente, ningún alumno estará a salvo del proselitismo del profesor encerrado en el aula con los estudiantes. Porque, como muy bien se ha dicho, si un docente quiere violar la laicidad lo hace con cualquier tema, reciente o remoto, y con cualquier texto, por supuesto. El problema, pues, radica en los docentes y no en los accesorios que emplea".

Esta sospecha proviene de la certeza que tiene el editorialista de que "el proselitismo en las aulas es una de las razones básicas que explica el triunfo de la izquierda en las últimas elecciones"

¿Fuerte, verdad?

Este editorialista posiblemente no conoce la enorme bibliografía que afirma que los jóvenes aprenden más de otras fuentes que de las propias aulas y subestima la inteligencia de los estudiantes suponiendo que pueden ser burdamente adoctrinados en "la soledad del aula".

Raquel García Bouzas.

Universidad de la República, Montevideo, Uruguay.

Historia Inmediata/Historia a Debate

E-mail h-debate@cesga.es

Página web www.h-debate.com

Para apuntarse a esta lista enviarnos el mensaje:incluirme/subscribe HI

Para desaparecer de esta lista enviarnos el mensaje:borradme/unsubscribe HI

Suscriptores actuales: 711 historiadores de 24 países